



**GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
1  
2

**5ª Reunião da Câmara Técnica de Qualidade  
Ambiental e Gestão de Resíduos.**

Brasília/DF.  
23 de Outubro de 2012.

*(Transcrição ipsis verbis)*  
*Empresa ProixL Estenotipia*

46 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Bom, senhores,  
47 bom dia a todos. Peço desculpas pelo atraso. Temos agora quórum  
48 praticamente total, tem só um membro da Câmara Técnica ausente que é a  
49 representação do Ministério da Saúde, cuja suplência que é Ministério dos  
50 Transportes também não se faz presente. No mais, gostaria de dar as boas-  
51 vindas a todos os colegas da Câmara Técnica e desejar que tenhamos bons  
52 dois dias de trabalho que consigamos avançar com a nossa pauta que hoje é  
53 bastante abrangente. Eu acho que nós podemos iniciar, não se alguém quer  
54 fazer alguma manifestação inicial na abertura, senão nós poderíamos começar  
55 já com a aprovação da transcrição das 2ª, 3ª e 4ª Reuniões da Câmara  
56 Técnica. Essas transcrições foram disponibilizadas no site, não estão aqui  
57 agora, mas como se trata de transcrição, acredito que também não haja  
58 maiores objeções. Em todo caso a palavra fica aberta para manifestações  
59 nesse sentido.

60

61

62 **SR. ROBERTO VARJABEDIAN (Assistente Técnico do Ministério**  
63 **Público)** – Têm na transcrição da 3ª Reunião três perguntas que eu fiz que  
64 ficaram atribuídas ao José Roberto Ramos Falconi. Eu tenho as linhas aqui,  
65 não sei se pode ser visto agora? Então, a linha 890, 951 e 971, são três falas  
66 que estão com a autoria trocada. E, posteriormente, na reunião do dia 8 de  
67 agosto, eu identifiquei três falas aqui também, eu tenho as linhas, que não são  
68 minhas, deve ter tido alguma confusão de mais de um Roberto na participação  
69 porque é muito característico que não seria minha uma fala dessa a partir da  
70 própria dinâmica do nosso debate aqui. Então, por exemplo, vamos por partes?  
71 Está bem, então, na 3ª Câmara Técnica (*Intervenção fora do microfone.*  
72 *Inaudível*) a linha 890, então nessa linha, o que está perguntando sou eu, seria  
73 o Roberto do MP/SP. Depois, posteriormente, linha 951, também da mesma  
74 forma, e depois 971. Depois pularia já para o dia 8 de agosto último, linha 3731  
75 a primeira, aí eu não reconheci essa fala como minha, deve ter sido alguma  
76 confusão de outro Roberto, vejam lá, está entrando no mérito do modelo, está  
77 falando de coisas que eu não costumo me referir a esses temas nas minhas  
78 falas aqui dessa forma. Então, tem essa.

79

80

81 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Só um  
82 pouquinho, vamos tentar identificar a autoria antes de irmos adiante.

83

84

85 **SR. ROBERTO VARJABEDIAN (Assistente Técnico do Ministério**  
86 **Público)** – Eu não sei se foi o Sr. Roberto do Meio Ambiente que estava aqui,  
87 Roberto Monteiro, porque depois, inclusive, na linha 3763, por exemplo, eu  
88 nunca falo gente, é difícil eu falar esse tipo de coisa, aí está falando assim: “Eu  
89 não vou permitir que essa discussão avance...”, eu não tenho esse tipo de fala,  
90 então, deve ser também dele. E depois a 3782, eu imagino que seja o mesmo  
91 Roberto. São essas. Obrigado.

92

93

94 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Alguém tem  
95 mais alguma observação a fazer senão consideramos aprovada? E nos

96comprometemos a fazer essas verificações de áudio para corrigir esses pontos  
97que foram levantadas aqui pelo Dr. Roberto. Bom, o próximo ponto é a  
98discussão é da pauta, e não sei se alguém tem alguma observação a fazer, eu  
99teria uma inicial que é o seguinte: Eu terei que me ausentar hoje a tarde inteira,  
100então, não vou estar aqui coordenando os trabalhos durante a parte da tarde,  
101retorno amanhã o dia inteiro, naturalmente, meu substituto é o Dr. Bocuhy, que  
102é o vice-presidente desta Câmara, que assume então a coordenação dos  
103trabalhos. Nesse sentido, eu imagino que este primeiro ponto da pauta, que é  
104uso de resíduos industriais para micronutrientes vá se estender hoje o dia  
105inteiro em princípio. E nós temos ainda mais 2 processos e temos também os  
106informes. Na última vez que discutimos esse assunto, que o Dr. Bocuhy teria  
107que me substituir na minha ausência, ele se colocou pouco à vontade,  
108digamos, de fazer essa substituição em função do tema que estava sendo  
109discutido e da posição que o Proam está trazendo em relação a essa  
110resolução. Então, eu consulto se em função disso, nós precisaríamos pensar  
111numa alteração de pauta ou manteríamos a pauta como está.

112

113

114**O SR. CARLOS BOCUHY (Proam)** - Eu queria reiterar que me considero  
115impedido nesse caso para conduzir a reunião porque temos uma posição  
116contrária à proposta de resolução, isso está claro desde o início, então, não  
117faria nenhum sentido alguém com uma posição contrária conduzir a reunião.

118

119

120**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Bom, assim  
121sendo, a proposta que eu faria é a seguinte, eu não sei se o Dr. Bocuhy se  
122sente contemplado aí nessa preocupação. Nós iniciaremos a reunião por essa  
123discussão porque é uma discussão que precisa avançar e imagino que boa  
124parte dos senhores tenha se programado para discuti-la no dia de hoje,  
125começaríamos com a discussão hoje na parte da manhã com a discussão da  
126proposta de micronutrientes, à tarde trataríamos dos outros dois processos e  
127dos informes. E amanhã retomariamos micronutrientes. Não sei se isso  
128contempla mais essa sua preocupação? Estamos abertos a outras sugestões  
129que possam vir, tentaríamos hoje avançar bastante, meu compromisso é à  
1301h40, mas eu me comprometo a ficar aqui até 1h, preciso, naturalmente, comer  
131alguma coisa antes da outra porque a outra vai até às 19h. Mas, saindo daqui a  
1321h eu acho que consigo compatibilizar, poderíamos estender a reunião até 1h e  
133talvez à tarde começar um pouco mais tarde, fazer uma reunião mais curta  
134porque também acredito que os temas não vão nos tomar a tarde toda.

135

136

137**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**  
138**Paulo)** – Só uma observação, amanhã eu vou ter que sair, eu posso ficar em  
139reunião até 1h que eu tenho que tomar o avião pouco mais cedo porque tenho  
140compromisso à noite em São Paulo. Então, não sei se tiver alguma coisa.

141

142

143**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – A proposta que  
144poderíamos fazer é amanhã retomar os trabalhos mais cedo. Eu estava  
145comentando agora a aqui com o pessoal do Conama um dos problemas desse

146horário é que acabamos tentando otimizar a manhã. Eu fui para o Ibama e  
147acabei me atrasando para vir, porque se fosse um pouquinho mais cedo eu  
148viria direto para cá não tinha risco de dispersão. Então talvez uma alternativa  
149seja amanhã a gente começar às 8h ou 8h30, aí eu consulto os senhores e aí  
150aproveitamos, o máximo, a presença não só da CETESB, mas também de  
151todos os outros representantes que também devem ter problema com viagem,  
152normalmente as viagens não vão na parte da tarde e se interrompe mais cedo.  
153Podemos começar o quê? 8h, 8h30? Mas aí para tentar começar mesmo 8h30,  
154nesse intervalo aí entre 8h e 8h30 tentaremos chegar a e se tivermos o *quórum*  
155começaremos até antes de 8h30. Está bom assim? Então, eu acho que temos  
156uma diretriz aí de trabalho para o dia de hoje, começamos então com a  
157retomada das discussões da proposta de resolução de micronutrientes. Nós  
158tínhamos programado para hoje, se eu não estou enganado, a discussão do  
159modelo em si.

160

161

162**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**  
163**Paulo) –** Das concentrações.

164

165

166**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) –** Das  
167concentrações. Não sei se começamos direto por esse ponto, eu não me  
168lembro que esse era o tema central para retomarmos, mas eu não me lembro  
169se ficou alguma outra pendência, não sei se alguém da secretaria pode me  
170ajudar a recuperar a memória, ou mesmo dos membros da Câmara técnica.  
171(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*)

172

173

174**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**  
175**Paulo) –** Então, eu vi aqueles que eles iam mandar, mas eu não cheguei a  
176receber, assim, uma coisa mais detalhada não. (*Intervenção fora do microfone.*  
177*Inaudível*) Até eu ia perguntar se não ficou faltando algum anexo perdido,  
178porque eles comentam, mas não tem aqui nenhuma orientação específica do  
179documento. (*Intervenção fora do microfone. Inaudível*)

180

181

182**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama) –** Lembrei agora,  
183na reunião passada, houve uma discussão em relação à questão dos  
184instrumentos que tínhamos previstos para fazer o controle sobre a origem dos  
185resíduos. E toda resolução está baseada no Cadri que é o modelo utilizado  
186pelo estado de São Paulo, eu acho que foi até o estado de Minas levantou a  
187necessidade de nós discutirmos isso, de maneira a contemplar outros  
188instrumentos que os estados tenham. E nesse sentido é que foi feita a consulta  
189à Abema pela secretaria do Conama, e a manifestação que nós recebemos em  
190retorno foi da Diretoria de Licenciamento Ambiental do INEA do Rio de Janeiro  
191em um e-mail assinado pelo Dr. André França em que ele coloca a seguinte  
192situação. Eu vou ler aqui para depois discutirmos: “Em relação à proposta de  
193resolução do Conama que define critérios e procedimentos para o uso de  
194resíduos industriais indicados como matéria-prima para fabricação de produtos  
195fornecedores de micronutrientes utilizados como insumo agrícola de aplicação

196no solo, o nosso entendimento é de que a proposta é válida, contudo,  
197observamos as seguintes questões: Item A: Em relação ao artigo 10 quanto à  
198forma de rastreabilidade sugerida, seguindo os moldes do Cadri, entendemos  
199que é importante ter uma orientação em relação ao conteúdo mínimo de  
200informações, contudo existem estados como o Rio de Janeiro e Bahia que  
201realizam esse controle via manifesto de resíduos e não pelo Cadri. Dessa  
202forma, pensamos que pode ser apresentada em um anexo à Resolução, uma  
203sugestão de controle de rastreabilidade sem determinar o modelo específico  
204que inviabilize o controle dos demais resíduos pelos estados que dispõem de  
205instrumentos diferentes para tal. Em relação ao artigo quinto sobre resíduos  
206elegíveis sugiro acompanharmos a CETESB e opinar pela exclusão dos  
207resíduos previstos nos incisos 3, 6, 8, 10, 12 e 14 por não haver garantia nos  
208processos produtivos de que se consiga evitar concentrações indesejáveis de  
209contaminantes. Em relação ao artigo 7º, sugiro acompanharmos de perto as  
210discussões sobre valores máximos para concentrações indesejáveis de  
211contaminantes, visto que não houve consenso no GT e a Câmara Técnica terá  
212de deliberar sobre o assunto. É importante que os representantes da Abema e  
213Anamma estejam completamente esclarecidos a respeito dessa questão”. De  
214fato, ele tocou em três pontos que são pontos-chave da nossa discussão aqui  
215em relação à discussão da resolução que são os elegíveis, os teores de  
216contaminantes e a questão da rastreabilidade, esses são os três eixos,  
217digamos assim, que sustentam a resolução, na verdade, os que defendem a  
218Resolução, se apoiam no apoio desses três pilares aí para poder justificar o  
219uso de resíduos industriais na fabricação de micronutrientes. A sugestão do  
220Adriano é de que comecemos discutindo a questão do artigo décimo, que é a  
221questão do instrumento de rastreabilidade. Se temos acordo, eu abro a palavra  
222então para a manifestação dos representantes da Câmara Técnica em relação  
223ao artigo 10 da forma como ele se encontra e como contemplando ou não essa  
224sugestão da Abema, melhor do INEA.

225

226

227**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**  
228**Paulo)** – Bom, na verdade, saiu essa ideia de algo chamado Cadri que é o que  
229praticamos em São Paulo, mas, na verdade, eu acho que nas discussões sobre  
230isso ficou que teria que ser um documento onde, formalmente, tivessem as  
231informações do resíduo, é alguma coisa formal do órgão ambiental que diz que  
232autoriza aqueles resíduos gerados no processo tal de uma empresa tal a ir  
233para a tal empresa fabricante de micronutriente, ou seja, um documento formal  
234que formalize a coisa e acompanhe, agora não necessariamente era a ideia de  
235ser o Cadri, então, teríamos duas linhas, ou dizer informações mínimas, ou dar  
236um modelo em anexo, eu não sei, daria informações mínimas, e que estado  
237adapta os seus documentos, não sei, ou o anexo vai estar engessando. Não  
238precisa ser o Cadri, mas é uma coisa formal que vai ser emitida, resíduo por  
239resíduo, se for aprovado, essa é ideia.

240

241

242**O SR. CARLOS BOCUHY (Proam)** - Bom, eu gostaria de, só por uma questão  
243de ordem, sugerir que primeiro fosse discutido o modelo e depois a  
244rastreabilidade, isso nos daria maior possibilidade de compreensão do  
245processo. Vocês concordam?

246

247

248 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – A CNI tinha  
249 pedido a palavra eu só garantiria a palavra antes de discutirmos esse tema.

250

251

252 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Eu o vou me manifestar em  
253 relação à questão da listagem o anexo. O anexo não precisa ser  
254 obrigatoriamente, Alfredo, não precisa ser obrigatoriamente engessante, ele  
255 pode servir como base de consulta, então você pode apresentar um modelo  
256 que os estados se adaptem conforme a sua necessidade, acho que podemos  
257 colocar até porque já existe um histórico sobre isso. Eu não vou, em relação ao  
258 que o Bocuhy colocou para mim tanto faz.

259

260

261 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu acho que  
262 podemos...

263

264

265 **A SR<sup>a</sup>. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (Governo do Estado de Minas  
266 Gerais)** – Com relação à questão das diretrizes para a rastreabilidade, eu  
267 entendo que também não cabe definir um modelo em anexo à resolução, cada  
268 estado tem seus procedimentos específicos e a definição de um modelo  
269 poderia significar uma alteração que às vezes pode ser bastante significativa  
270 nos procedimentos que já são adotados. Então, eu entendo que a redação  
271 como está hoje, ela é suficiente para nortear, ou seja, tem que se tomar um  
272 cuidado na avaliação do resíduo que está sendo proposto a ser utilizado para  
273 essa finalidade, tanto no ponto de vista da sua geração quanto do seu  
274 encaminhamento e a comprovação de que ele atende os requisitos técnicos  
275 dessa resolução. Então, eu entendo que não seria o caso de definirmos em  
276 anexo o modelo para essa chamada rastreabilidade. Com relação à discussão  
277 do modelo proposto eu também não vejo problemas em partirmos para esse  
278 ponto.

279

280

281 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Dr<sup>a</sup>. Zilda tinha  
282 pedido a palavra.

283

284

285 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA VELOSO (MMA)** – Bom dia a todos, é a primeira vez que eu  
286 converso, que eu peço a palavra. Eu queria juntar, eu acho muito oportuna a  
287 intervenção que a Abema mandou por meio do diretor substituto do Inema no  
288 Rio de Janeiro. E concordando com aquilo que foi dito pelo estado de São  
289 Paulo e pelo estado de Minas Gerais, eu gostaria de acrescentar uma coisa,  
290 ficou Câmara Técnica durante um período, talvez muitos dos senhores se  
291 lembrem, uma proposta de resolução sobre informações sobre o transporte de  
292 resíduos perigosos. E no final nós chegamos à conclusão de que ela não era  
293 necessária, porque existiam essas informações dentro do cadastro técnico  
294 federal, o cadastro técnico federal fazer isso e muitos estados já tinham seus  
295 instrumentos próprios. Talvez tentando, eu também não acho oportuno

296colocarmos isso num anexo, porque no anexo mal ou bem, vamos colocar um  
297modelo. O que podemos é inserir esse artigo, já tem um parágrafo único, talvez  
298pudéssemos inserir outro parágrafo dizendo: As informações mínimas  
299constantas, deverão constar de dados do gerador, dados do receptor, do  
300recebedor do resíduo, quantidade, números de viagens necessárias, uma coisa  
301desse tipo, eu não tenho um texto aqui formado, mas eu acho que isso traria  
302uma luz, sem trazer o engessamento de um modelo, eu acho que poderíamos  
303colocar algumas informações mínimas, que cada estado faz com elas o que  
304quiser, se quiser pedir mais pede mais, número da licença, não sei, às vezes  
305existem estados que não pedem licença, então seria só uma autorização. Eu  
306acho que isso daqui seria suficiente, mas para não ficarmos numa discussão se  
307tem que ter modelo, se tem que ter o anexo ou não, eu não acho bom o anexo,  
308eu concordo com a posição do Rio de Janeiro e colocaríamos mais um  
309parágrafo, eu posso até ajudar a redigir se isso for da concordância dos  
310senhores Conselheiros.

311

312

313**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Está ok. Vamos  
314então aceitando a proposta do Proam suspender essa discussão do anexo, eu  
315acho que essas manifestações já dão uma linha para retomá-la depois. E  
316vamos discutir então a questão do modelo proposto em termos dos teores  
317contaminantes e valores mínimos aceitáveis. Com a palavra então o Dr. Alfredo  
318do governo de São Paulo que ficou de promover essa apresentação hoje aqui  
319para esclarecer melhor as bases do modelo proposto. Obrigado

320

321

322**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**  
323**Paulo)** – Bom, eu queria ver se dá para colocar aquela apresentação, porque  
324daí o pessoal ajuda a seguir. Eu queria, assim, até me penitenciar aqui eu não  
325consegui trazer a pessoa da CETESB que discutiu mais a fundo esse modelo,  
326que isso entra no campo de informações de agronomia, práticas agrícolas, e  
327que talvez se aparecer detalhes mais profundos sobre isso eu vou pedir ajuda  
328aqui aos meus colegas do MAPA, porque a parte do modelo em si eu estou  
329bem por dentro, agora se ficar um debate profundo se tal coisa deve ser X ou  
330Y, talvez eu não consiga, mas eu acho que dá para evoluirmos no  
331entendimento dessa questão. Então, se puder ir lá para frente tem umas partes  
332que mostram. Bom, pessoal então, dando um histórico do que esse modelo,  
333como é sabido a CETESB há muitos anos vinha praticando em uma situação  
334outra, autorizar a utilização de algum resíduo como fornecedor de  
335micronutrientes. Isso já vem desde 1996 no estado de São Paulo, nós  
336tínhamos lá um modelo que usávamos e depois já começamos a sofrer os  
337questionamentos do Ministério Público lá no estado de São Paulo e nós  
338passamos a trabalhar juntos para tentar lá evoluir uma coisa comum. Daí o que  
339aconteceu? Foi formado um grupo técnico de especialistas da CETESB para  
340discutir, detalhar uma possível resolução no estado de São Paulo para  
341regulamentar essa matéria, tentando tornar tudo isso mais restritiva e  
342esperando que com isso chegássemos num ponto comum com Ministério  
343Público. Quando surgiu a ideia de ter um debate e uma resolução Conama,  
344São Paulo optou por interromper os trabalhos daquele grupo. Então, passamos  
345a trazer a discussão aqui para Brasília e a nossa orientação é que acataríamos

346em São Paulo o que saísse aqui como resolução de Brasília. Mas de qualquer  
347maneira, esse modelo que foi proposto, ele era baseado na ideia de que se  
348pensar que, considerando uma prática agrícola, onde você já coloca  
349fertilizantes tradicionais, que podem conter na sua composição e contém na  
350sua composição já esses metais que, a princípio, estamos querendo controlar,  
351então considerando que se aplicaria desse fertilizante normal com o que já tem  
352de metal nesse fertilizante normal, mais aplicação do micronutriente, então  
353imaginando, é isso que eu não entendo a fundo, alguém pode me explicar, mas  
354eu estou imaginando que você tem lá é uma adubação com fertilizante  
355tradicional e tem a adubação com um micronutriente, pode ser junto ou pode  
356não ser junto, mas estamos imaginando a soma do que você estaria aplicando  
357de metais no solo por essas duas vias, e imaginando tudo a favor da segurança  
358em termos de prática agrícola, por exemplo, imaginando que em uma mesma  
359terra em seu período de utilização, haveria 100 aplicações, coisa que parece  
360que o pessoal da Agricultura até acha um pouco exagerado, e aquele valor de  
361taxa de aplicação de fertilizante fosfatado que é 400 quilos por hectare. Esse  
362dado foi extraído do boletim técnico do IAC, considerando uma adubação  
363padrão com superfosfato simples com 18% de P<sub>2</sub>O<sub>5</sub>. Então, isso é um dado  
364agronômico que apropriamos de uma fonte que consideramos que seria,  
365vamos dizer, digna de ser utilizada, que é esse dado do IAC. Então, olha,  
366nesse sentido, começamos calculando qual seria o aporte máximo de  
367contaminante inorgânico via fertilizante normal que nós já tínhamos no solo.  
368Então, é a concentração máxima de contaminante permitida nesse fertilizante,  
369que é o PF, vezes a taxa de aplicação de fertilizante que é aquela que fixamos  
370em 400 quilos por hectare, vezes o número de aplicações que consideramos  
371100, entendendo 100 como a favor da segurança, dificilmente numa mesma  
372terra teria mais do que 100 aplicações ao longo de todo o período de utilização  
373agrícola. E o QS é um coeficiente para acertar a equação em termos de que  
374quanto tem de solo em um hectare, para fechar as unidades na equação.  
375Então, isso é o máximo que estaremos aportando ao solo com fertilizante. A  
376partir daí, veríamos quanto poderia ter em adição desse contaminante vindo do  
377micronutriente. E aqui, eu já chamo a atenção que tem um fator que é mais  
378restritivo do que o que nós começamos a praticar antes que começaram os  
379questionamentos do Ministério Público no estado de São Paulo, porque antes,  
380eu não estou falando desse modelo, antes nós considerávamos apenas que a  
381aplicação total não poderia levar o solo a exceder o valor de prevenção ao fim  
382de todas as aplicações, entendendo o valor de prevenção como aquela  
383concentração máxima de contaminantes no solo acima da qual ele não  
384perderia a sua multifuncionalidade. Então, são quocientes que já foram  
385estabelecidos até na Resolução Conama 420, foi estabelecido na lei de áreas  
386contaminadas do estado e São Paulo, houve questionamento judicial, já houve  
387julgamento, e no julgamento foi mantida a validade da prática de se estabelecer  
388o valor de prevenção. Se nós formos a entender, vendo aqui a questão dos  
389valores orientadores de solo, são três tipos de valores orientadores, isso, às  
390vezes, confunde um pouquinho a pessoa não sabe bem o que usar. O valor de  
391referência de qualidade é quanto o solo tem naturalmente existente, então,  
392esse é o valor que na resolução Conama foi fixado um prazo para que os  
393estados estabelecessem os valores de referência de qualidade de seus solos,  
394por enquanto temos valores de São Paulo e Minas, outros estados eu sei que  
395já estão se movimentando e junto com universidades para conseguir seus



396valores, mas isso é o que o solo teria naturalmente, é o *background*. O valor de  
397prevenção seria o que mais se aproximaria do conceito do padrão de  
398qualidade. Qual é o máximo aceitável para você poder ter aquele uso? Então,  
399se pensamos: padrão de portabilidade, concentração máxima aceitável de  
400contaminantes na água para consumo humano, o valor de prevenção é o valor  
401máximo de concentração que nós estaremos aceitando no solo, sem que ele  
402perdesse a sua multifuncionalidade, que seria, primeiro a manutenção dos  
403ecossistemas terrestres que estão lá no solo; a produção de alimentos; o uso  
404residencial; comercial; industrial, ou seja, é um conceito que já é praticado para  
405os outros compartimentos ambientais, a água e foi estendido para o solo.  
406Finalmente, o valor de prevenção é outra coisa, é o critério de corte para se  
407decidir quais áreas contaminadas nós vamos começar a nos preocupar. Então  
408baseado na operação de riscos a saúde humana. Então, por isso que no  
409primeiro momento usávamos só valor de prevenção, ou seja, não podemos  
410aplicar nada no solo que exceda depois de todas as 100 aplicações o valor de  
411prevenção. Então nós já evoluímos, então o aporte máximo de contaminantes  
412que estamos considerando, segundo equação ali, via micronutriente é: o valor  
413máximo limite de contaminação no solo que seria o valor de prevenção da  
414Resolução Conama 420, mas descontado o que vai do contaminante para o  
415solo em todas essas aplicações via fertilizante normal, que é o que já  
416calculamos lá em cima, e descontado quanto que esse solo já teria  
417naturalmente. Então, nós entendemos, e em conversas e debates que tivemos,  
418e até depois que começou aqui a discussão do Conama, nós voltamos a  
419conversar com agrônomos do IAC, ou seja, os profissionais de São Paulo que  
420têm nos apoiados para essa questão dos valores orientadores, porque também  
421nós estamos atualizando a nossa lista de valores orientadores, o ano que vem  
422vamos publicar uma nova. Então, consideramos que seria, assim, um modelo  
423mais do que razoável. Inclusive depois lá na frente, foram feitas algumas  
424contas de quanto você estaria acrescentando de metais por essa via e é uma  
425coisa muito pequena, você vai aumentar no solo, valores que são pouco mais  
426acima dos de qualidade natural, mas está longe ainda de chegar ao valor de  
427prevenção, porque nós estamos considerando esse valor no micronutriente,  
428então lá no resíduo vai ser menos ainda. Então, evoluindo nós vamos chegar  
429na terceira questão, olha, a concentração máxima do contaminante no resíduo.  
430Agora, nós estamos considerando esse resíduo para ele ser elegível ele teria  
431que ter 1% ao do elemento micronutriente de interesse, que é aquilo que nós já  
432temos a relação de quanto teria do mínimo do nutriente de interesse no  
433resíduo. Então, a concentração máxima no resíduo seria, agora eu vou ter que  
434ler daqui, concentração máxima no resíduo seria então o aporte máximo de  
435contaminante via micronutrientes que é o AP que calculamos antes, vezes a  
436quantidade de solo em um hectare; vezes a concentração do elemento  
437micronutrientes no resíduo, que é o que nós estamos determinando, dividido  
438pelo número, a necessidade agrônômica do elemento micronutriente no solo; e  
439dividido pelo NA, que seria o número de aplicações que é fixado em 100 anos.  
440E com isso fazendo a conta inversa nós chegaríamos às concentrações  
441máximas de micronutrientes no resíduo. São Paulo tinha proposto ou pretendia  
442inicialmente uma valoração desses parâmetros, que quando veio aqui à  
443Câmara houve uma contraproposta do setor produtivo. Quais eram os valores  
444que não havia, a princípio, a concordância naquele momento? Primeiro seria o  
445PF, ou seja, quanto teria de aceitável de metais no resíduo, porque fazíamos lá

446uma proposição de valoração, levando em conta a instrução normativa do  
447MAPA mais a coluna C, sendo que para esses mesmos metais, o setor  
448produtivo sugeria que teria que ser a coluna A e para os outros seria o valor de  
449referência de literatura, por exemplo, *Cabata Pendias* e outras referências.  
450Depois disso, nós conversamos muito com os nossos agrônomos partes lá São  
451Paulo, e segundo conversa com eles achamos que realmente é melhor usar  
452coluna A, então é um ponto que em meio a nossa abordagem se aproxima um  
453pouco mais do setor produtivo. Agora, só para o Cadmio, depois poderemos  
454voltar a discutir isso. Só para a cor Cadmio porque se a aplicação ia ser da  
455coluna C aí tem que usar a coluna C, então só para o cádmio que a gente  
456manteria usar a coluna C. E com isso, vamos dizer, aquela discrepância de  
457valoração no caso do PF que haveria entre o estado de São Paulo e o setor  
458produtivo, ela desaparece. O outro valor, vamos dizer, que consideramos que  
459não concordava era o valor do C. Bom, o C propusemos a média entre os  
460valores, o C é a concentração de contaminantes naturalmente existentes no  
461solo. O que propusemos? Tendo em vista aqui nós temos o valor de referência  
462de qualidade em São Paulo, em Minas, e considerando que São Paulo é um  
463dos estados tido como concentrações baixas de metais, em Minas em  
464concentração elevada de metais. Esses dois, apesar de serem só dois valores  
465no contexto de todos os estados, são dois, vamos dizer, extremos do conjunto,  
466e a média deles não estaria fugindo tanto da mesma média calculada com mais  
467valores. Então, com C também não haveria problemas. Com relação ao fator  
468de disponibilidade que haveria uma discrepância, estávamos propondo um  
469fator disponibilidade 0,5, o setor produtivo estava propondo 1. Depois, de  
470acordo com as nossas conversas, amadurecemos que poderia ter um fator de  
471disponibilidade 0.6 depois a gente quiser podemos debater, então não se  
472aproximar a proposta deles, mas melhora, diminui a discrepância. E com  
473relação ao NG, que é a necessidade agrônômica, concordaríamos também  
474com o valor de 5,47. Por que, o que aconteceu? Tinha sido feito esse modelo  
475de São Paulo, mas não amadureceu a discussão deles. Daí, em função dessa  
476questão aqui no Conama, nós resolvemos tocar o negócio e continuar  
477discutindo lá. E lá nós discutimos com as partes que são as pessoas que estão  
478ligadas a CETESB diretamente para nós irmos revendo os valores  
479orientadores. E, dessa maneira, depois eu posso até mostrar, nós chegamos a  
480uma nova tabela de valores, que ficaria entre a nossa proposta aqui do estado  
481de São Paulo e a do setor produtivo. Eu dei uma apresentação geral é  
482importante que todo mundo entenda o modelo que depois nós passamos a  
483discutir valoração e etc.

484

485

486**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Muito bem,  
487obrigado Dr. Alfredo. Eu sugiro, eu vou propor aqui um encaminhamento para a  
488discussão, que começemos discutindo a questão do modelo em si, se é válida  
489a ideia de haver um modelo e se esse modelo proposto atende a nossa  
490expectativa em relação a existência desse modelo. Uma vez discutido isso, eu  
491acho que aí depois nós partimos para como alimentar o modelo, porque o que  
492eu acho interessante é que há uma proposta que parte de uma ideia, de uma  
493concepção que linca com a resolução já aprovada por esse Conselho, que é de  
494solos contaminados, então ela coloca o valor limite ali, que é o valor limite de  
495prevenção e esse seria então o teor máximo admissível. E dali decorre, dali o

496 modelo faz o caminho inverso para chegar no teor máximo de contaminantes  
497 presentes no micronutriente partindo do pressuposto de que o teor nos  
498 fertilizantes cuja taxa de aplicação é muito maior do que dos micronutrientes já  
499 estaria regulada pela portaria do Ministério da Saúde. Então, são algumas  
500 premissas do modelo que eu acho que são importantes termos em mente na  
501 hora que vai discutir o modelo. Não sei se vocês concordam com essa  
502 proposta, mas eu acho que se nós discutimos primeiro modelo e não entrar  
503 discussão de valores, acho que facilita a compreensão. O princípio do modelo  
504 em si, é claro que o modelo sempre é uma ferramenta desejável, porque ele  
505 torna simples um processo complexo, agora há que se discutir se essa  
506 ferramenta é adequada para o que estamos querendo usar. Então, a primeira  
507 discussão seria da adequação do modelo ao objetivo da resolução e depois  
508 nós discutiríamos o resto.

509

510

511 **O SR. CARLOS BOCUHY (Proam)** - Bom, entramos na discussão então? Eu  
512 gostaria de saber do Rocca se esse modelo que vocês propõem a metodologia  
513 a partir de uma visão São Paulo e Minas Gerais, isso dá um valor específico,  
514 dá uma percepção do problema do solo brasileiro. Você diz que isso não é  
515 muito diferente do conjunto. Você poderia detalhar melhor tecnicamente isso?

516

517

518 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**  
519 **Paulo)** – Bom, olha, quanto nós tratamos de solo sempre temos uma  
520 dificuldade maior pela heterogeneidade do compartimento solo. Quando  
521 falamos de água, quando falamos de ar, a princípio, a água limpa, ar limpo, é  
522 mais próximo de água limpa e ar limpo de qualquer lugar do nosso planeta em  
523 qualquer estado. O problema é que o solo que é diferente e o que difere  
524 principalmente da qualidade do solo de um lugar para outro é o quanto ele já  
525 tem naturalmente de metais, porque os metais são substâncias químicas de  
526 interesse ambiental que ocorrem naturalmente no solo. Então, precisaríamos  
527 ter esse conhecimento, vamos dizer como é a variação de metais no solo. Se  
528 você fosse seguir à risca, teria que ter uma tabela aqui, se fosse esse modelo,  
529 em cada estado considerando que ele já tem de metal, teria que ter um valor  
530 específico do máximo poderia ter, só que em geral o Conama não faz isso, até  
531 poderia, mas imaginando que você vai fazer uma coisa média para todo  
532 estado, o correto se você vai usar valor de referência de qualidade, era fazer  
533 uma média entre os valores de referência de qualidade natural de solo dos  
534 vários estados, que você ia ter vamos imaginar 24 valores, eles têm na uma  
535 distribuição um estatística com a média, seu desvio padrão, quanto mais dados  
536 você tem, mais confiável é aquele valor médio que você está usando e menor  
537 tende a ser o desvio padrão, por enquanto nós temos só dois valores São  
538 Paulo e Minas eu até poderia fazer um desenho lá para esclarecer melhor, mas  
539 a gente entende que São Paulo é um bom valor que representa a cauda inferior  
540 e Minas é um bom valor que representa a calda superior, eu acho até, vocês  
541 querem que eu faça o desenho? Não precisa, mas você entendeu. Então,  
542 vamos dizer, você fazendo a média com São Paulo e Minas os especialistas  
543 entendem que não é muito da média de todo o Brasil, porque no Brasil vai ter,  
544 eu fico imaginando Goiás, Tocantins vai estar lá perto de Minas e outros vão  
545 estar perto de São Paulo e você vai ter uma média. É porque nós não temos

546isso, essa é uma coisa que nós vamos evoluir à medida que os estados forem  
547estabelecendo seus valores de referência de qualidade. Também o valor de  
548prevenção é um valor que ele pode evoluir porque ao longo do tempo nós  
549vamos tendo mais informações de avaliações de risco ecológico, por exemplo,  
550quando estabelecermos toda a metodologia para fazer ensaio toxicológico, os  
551táxons comuns nos nossos solos, são minhocas é uma coisa que está em  
552evolução que está em discussão na ABNT, a hora que tudo isso estiver  
553sistematizado, nós vamos evoluindo com tudo isso, mas a nossa ideia era  
554começar a trabalhar com a informação que temos e é lógico que isso ficaria em  
555um anexo, os valores, que poderiam ser revistos à medida que fossem sendo  
556revisto esses valores de solo.

557

558

559**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu não participei  
560da...as pessoas podem ir se inscrevendo, mas na ausência de inscrição eu  
561tenho aqui a ajuda da Secretaria. Na ausência de inscrição e eu gostaria de  
562fazer uma observação, eu estou entendendo que na medida em que nós, têm  
563duas discussões aí que eu acho que são importantes nós temos em mente. A  
564primeira é aquela que parece que foi superada no grupo de trabalho, que era a  
565ideia de não colocar o modelo na resolução. Eu particularmente me inclino a  
566colocar o modelo na resolução e explico: à medida que os estados forem  
567construindo seus valores orientadores e também seus valores de prevenção,  
568nada impede um estado de rodar um modelo para ele e ser mais restritivo do  
569que a Resolução, nada impede, porque a legislação brasileira é clara. Então,  
570se eu lá no meu estado descubro que os meus valores orientadores são  
571distintos dos valores de São Paulo e Minas, eu os coloco no modelo, coloco se  
572eu tiver também os meus valores de prevenção distintos da Resolução, coloco  
573no modelo e tiro os meus novos valores, os meus novos limites e aí passo a  
574usar esses limites sendo mais restritivos do que a resolução não haverá  
575problema, haveria problema para eles serem mais flexíveis do que a resolução.  
576Aí nesse sentido se nós trabalharmos aqui na resolução nessa linha de corte  
577proposta pelo grupo de trabalho que é um valor intermediário estaríamos,  
578digamos, assim, com um nível de segurança bastante tranquilo em relação à  
579possível flexibilização, vamos dizer assim, nos estados, ao contrário nós  
580daríamos margens para os estados serem mais restritivos, mas estaríamos  
581colocando a nossa linha de corte em um ponto médio razoável a ponto de não  
582até porque nós temos uma outra válvula de segurança no modelo que é o valor  
583orientador, quer dizer, no momento que o valor de prevenção, no momento em  
584que o solo atingir o valor de prevenção para a aplicação esse é o limite é de  
585alerta, digamos assim, mesmo que não ocorra nos 100 anos previstos no  
586modelo e ocorra em cinco anos. Essa é só com uma proposta que eu faço aqui.

587

588

589**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Bom, eu acho que a  
590discussão agora não é Márcio, está sob a questão do modelo. Nós  
591concordamos totalmente integralmente com o modelo proposto pela CETESB,  
592eu acho que ele é válido, ele tem fundamentação técnica e científica. Eu  
593participei da construção na 420 junto com o professor Alfredo aqui nessa  
594Câmara Técnica a Zilda também até coordenou trabalho e vemos que  
595realmente tem relação com tudo que está sendo colocado. Temos algumas

596divergências, eu quero ler só uma parte do meu parecer que também ajuda um  
597pouco nessa discussão do quanto conservadores nós estamos sendo nisso,  
598quer dizer, aqui não está tendo flexibilidade nenhuma. Na parte 2.4 do parecer  
599que a CNI apresentou: “Nos solos agrícolas a principal fonte de aporte de  
600contaminantes inorgânicos são os adubos fosfatados e, dessa forma, o modelo  
601considera que o maior aporte seria fertilizante fosfatado.” Foi por isso foi  
602utilizado isso. “Isto é um fator devido a própria origem das fontes de fósseis é  
603uma questão natural. A dose de fertilizante fosfatado é calculada com base na  
604análise do solo e ajustado para as culturas. A dose de 72 quilos de P2O5 por  
605hectare utilizado no modelo foi definido como sendo a maior recomendada para  
606um caso de solo muito pobre no nutriente, que foi e significa dizer que o  
607fertilizante com 18% de P2O5, que é comercial, seria aplicado a uma taxa de  
608400 quilos por hectare. Foi assumido que seriam realizadas 100 aplicações  
609sucessivas no período já 100 anos do mesmo fertilizante, o que tecnicamente  
610não seria possível devido à elevação dos teores de fósseis no solo o que  
611causaria um desequilíbrio e impediria a produção vegetal.” Quer dizer, nós  
612estamos indo ao limite do limite das culturas, quer dizer, esse aporte e a  
613sabemos que fertilizante é caro, cada dia que passa as fontes estão ficando  
614cada vez mais reduzidas no mundo, nós no futuro vamos ter problema em  
615relação à aplicação de fertilizantes, de matéria prima propriamente dita, então o  
616seguinte: o que está sendo utilizado aqui é o nível mais rigoroso possível e nós  
617sabemos muito bem que duas vezes nós não conseguimos contrariar: da  
618gravidade e da economia, ninguém vai rasgar dinheiro e jogar dinheiro nos  
619solos, então, é algo importante ser dito que o modelo adotado pela CETESB é  
620um modelo que prevê uma restrição que vai no limite máximo técnico e  
621também econômico. Então, é só para fazer esse esclarecimento nesse ponto e  
622depois voltamos a discutir a questão dos valores. E obrigado.

623

624

625**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**  
626**Paulo)** – Então, Márcio, essa história de ter um modelo partiu, assim, nos  
627achamos lá que tinha que ter um valor, porque o modelo tem algumas variáveis  
628que podem também mudar ao longo do tempo e daí cada vez que alguma  
629mudar tem que rever a resolução, por exemplo, olha, se você pegar lá o valor  
630que é o PF, já de cara, concentração máxima dos contaminantes no fertilizante,  
631consideramos primeiro a recomendação do MAPA que pode vir a mudar ao  
632longo do tempo e como têm outras coisas que consideramos hoje que também  
633podem vir a mudar ao longo do tempo. Então a questão que se coloca é fica  
634algo com coisas que podem mudar, a resolução deixa de ter valor quando ela  
635muda, precisa se reunir automaticamente. Ao fato que se você tem um valor  
636fixo, o valor fixo está lá quando você sentir que precisa rever isso vai demorar  
637um pouco, porque a Zilda está acompanhando mais de perto, não sei quanto  
638tempo vai demorar para outros estados terem, por exemplo, valores de  
639referência de qualidade, eu acredito, não sei, pelo menos mais dois anos no  
640mínimo, a Zilda está acompanhando isso. *(Intervenção fora do microfone.*  
641*Inaudível)*

642

643

644**A SR<sup>a</sup>. ZILDA VELOSO (MMA)** – Nós estamos fazendo, o prazo da resolução  
645é dezembro do ano que vem para os estados terem seus valores de referência

646de qualidade. Nós tivemos muita dificuldade de contratar uma empresa,  
647acabamos contratando a USP para fazer o curso de capacitação da 420, isso  
648demorou mais de dois anos, que não era o esperado, mas foi o que a  
649burocracia para se fazer um contrato desse tipo hoje em dia no governo federal  
650é muito grande. Então, são muitos documentos que se exigem, muitos prazos e  
651o curso presencial ocorreu em agosto passado, o curso a distância iniciou na  
652semana passada, o curso presencial capacitou 64 pessoas e o a distância na  
653ordem de 340 pessoas inscritas. Então, os estados, agora no curso presencial  
654só faltaram três estados brasileiros, no curso a distância estão todos os  
655estados brasileiros, nós conseguimos colocar um número em torno uma média  
656de 10 técnicos indicados pelos estados. Naturalmente é aquilo que você  
657colocou, é a equipe, o estado, às vezes, chama alguém da universidade,  
658alguém de um órgão de pesquisa, como vocês fizeram em Minas, fizeram uma  
659parceria com a Universidade de Viçosa, a CETESB também fez parceria com a  
660universidade. Então assim agora nós ficamos um pouco mais otimistas,  
661Alfredo, mas assim mesmo, porque do curso presencial em agosto, para o  
662curso a distância, pelo menos uns quatro estados até onde eu sei já montaram  
663a sua equipe base nesse período depois do curso presencial. Então, pode ser  
664que consigamos ter os valores de referência de qualidade dos estados até o  
665ano que vem, ou pelo menos aí um bom percentual, porque a minha  
666expectativa pessoal depois da resposta otimista dos OEMAS é que isso ocorra  
667pelo menos em mais de 50% dos estados já têm o seu trabalho praticamente  
668concluído dentro do prazo, isso eu acho que é um número muito bom. E ela  
669existe tem um gatilho aí, ela tem um gatilho de revisão a 420, que coincide  
670mais ou menos com esse prazo, então nós ainda podemos trabalhar nisso o  
671ano que vem, depois do término do curso a distância, que deve ocorrer em  
672torno de final de março e abril e aí deve ocorrer o término do curso a distância.

673

674

675**O SR. ROBERTO VARJABEDIAN (Assistente Técnico do Ministério**  
676**Público)** – Bom dia. Eu queria fazer algumas considerações específicas  
677mesmo sobre o modelo, que é o tema do debate. E nós entendemos, como  
678temos defendido que há problemas técnicos e científicos importantes para  
679serem considerados, e queremos tentar mostrar isso dentro do nosso  
680entendimento. Então, quando olhamos, por exemplo, a concepção geral que  
681está colocada, por exemplo, naquela equação AP é igual B menos AMB mais  
682C, está se falando exatamente da consideração de como que você está vendo  
683o que você está analisando. Então, que é B? O B é o quanto máximo o solo  
684poderia aceitar, está de acordo isso, está sendo considerado a  
685multifuncionalidade do solo em nível nacional. Esses valores B que estão ali  
686colocados, eles são fixos para os diferentes poluentes, ou seja, para cádmio,  
687eu tenho um valor de prevenção que era 1,3, para chumbo 0,72, para cromo  
68875, esses valores são fixos, mas daí então a pergunta que isso traz é: eu  
689estabeleço um valor fixo um daquele metal que garante a funcionalidade do  
690solo, de que solo nós estamos falando? Nós estamos considerando os solos  
691brasileiros todos iguais. Os solos brasileiros não são todos iguais, eles se  
692formam a partir de um processo de evolução que tem interferência climática,  
693tem interferência pedológica, tem interferência litológica dos processos  
694biológicos que ali se desenvolvem e inclusive essa é uma razão que invalida a  
695simples importação de informações científicas de outros climas de outros tipos

696de solos, outras características de processos. Isso é um primeiro ponto; Então,  
697o modelo se baseia na consideração dos solos brasileiros todos iguais em  
698relação à garantia da morte funcionalidade. Afirmamos como temos afirmado  
699que esse valor, que é, na verdade, copiado de uma decisão da diretoria da  
700CETESB de 2005 e está idêntico na Conama 420 não pode ser validado para o  
701Brasil inteiro com esse compromisso de natureza ambiental-ecológica, não tem  
702segurança científica para isso não pode ser assumido com um parâmetro desta  
703forma como está colocado no modelo. Essa é a primeira crítica de da  
704concepção, então aquilo que nós imaginamos que o solo aguenta como que  
705nós estamos tratando isso? O solo como se ele fosse igual em todo território  
706nacional com a fixação de valores, fixos e de que a origem? Gerados e  
707compilados internacionalmente com algum balanceamento feito a critério do  
708órgão ambiental, mas lembro aos senhores que em ecologia média não tem  
709uma variedade de como se quer valer às vezes na questão das ciências  
710exatas. Eu não posso fazer uma média dos dados e de quanto o solo ou  
711aguenta em termos de fitotoxicidade para um país com essas diversidades de  
712condições, porque esse valor médio não significa nada ecologicamente. Se eu  
713tenho em Minas um valor muito pequeno, quer dizer que lá esse valor muito  
714pequeno vai fazer uma diferença muito grande na minha análise local. E esse  
715eu tenho um valor muito grande lá em outro lugar e isso também vai querer  
716dizer que isso faz diferença. Fazer uma média dos dois, nada disso da  
717segurança dos organismos e dos processos biológicos do solo, ou seja, o tema  
718solo, ecologia do solo capacidade de multifuncionalidade do solo está sendo  
719tratada de forma equivocada do ponto de vista científico e com essa  
720generalização. O B, essa é a questão que eu gostaria de colocar em destaque,  
721como nós já temos nos documentos que temos feito. O AMP ele deriva do PF,  
722o AMP, ele se baseia primordialmente na Instrução Normativa 27, a Instrução  
723Normativa 27 também estabelece valores fixos para qualquer fertilizante  
724daquele tipo que você está analisando em todo território nacional. Esse valor  
725fixo para todo o território nacional da IN 27 não tem base científica ambiental,  
726não é segredo para ninguém que os próprios representantes do Ministério da  
727agricultura que participam das discussões deixaram claro que isso foi  
728ponderado por dados fornecidos pelo setor interessado de fertilizantes,  
729conjugadamente com uma avaliação de risco à saúde, não tem base ambiental.  
730Ou seja, vejam que aquilo que achamos que o solo aguenta, que é o b tem  
731uma série de fragilidade técnica científica o PF também tem uma série, a  
732ausência de base científica. E daí para completar o C que é o que você  
733imagina que tem no solo limpo está sendo feito a ponderação, já colocada para  
734o Alfredo Rocca, que é uma ponderação de dois dados, de dois estados para o  
735Brasil inteiro também. Então, falando em termos de concepção de modelo,  
736além dessas três questões que tornam essa concepção muito frágil, nós temos  
737mais três coisas: a primeira é que nós não sabemos como o solo os agricultores  
738brasileiros estão, ninguém apresentou aqui um diagnóstico de como os solos  
739estão, eles não estão limpos, ou eles estão limpos, onde, em que situação  
740diferenciada nós vamos ter essa condição em território nacional? Como eu vou  
741lidar com a disposição de algo que eu não sei nem como está, a exemplo da  
742norma do lodo que foi aprovada existe toda uma preocupação com o sítio  
743específico onde você está acrescentando o material. Nós estamos partindo de  
744uma teoria que os solos brasileiros são todos iguais, que aquilo que pode  
745entrar no solo é tudo igual, que aquilo que é a qualidade do solo limpo de dois

746estados vale para o resto do país inteiro. E para complementar, aquelas  
747colunas NG e FD também nos chamou muito atenção do ponto de vista  
748científico, por quê? Fitodisponibilidade é uma variável, é um assunto que é  
749diferente para cada elemento, que é ligado a uma série de fatores, por que o  
750arsênio, o bário, o cádmio, o chumbo, o cromo vão ter um valor idêntico de  
751fitodisponibilidade, a coluna FT, por que a necessidade agrônômica também é  
752idêntica para todos esses elementos em todos os solos e para todas as  
753culturas? Bom, e aí também esse modelo parte da seguinte pressuposição: que  
754as diferentes espécies de plantas que existem tanto cultivadas quanto nativas  
755se comportam e interagem de forma idêntica quando interagem com esses  
756metais pesados contaminantes. A planta também reage igual, não importa se  
757ela é milho se ela é arroz, se ela é uma espécie nativa de uma área de pousio,  
758aliás conceito que ganhou muito evidência com a questão do Código Florestal  
759recente que se discutiu muito áreas agrícolas brasileiras são deixadas em  
760pousio, o solo é abandonado e tomada por nativas, ninguém falou em nativas  
761até agora nessa discussão como é que ficam as áreas nativas em pousio,  
762diante do comportamento desses metais? Então, nós estamos partindo, para  
763terminar, do pressuposto que as diferentes espécies de plantas cultivadas  
764inativas se comportam de interagem de forma idêntica com esses metais  
765pesados contaminantes a direcionados ao solo. E de igual forma os  
766organismos do solo também, os organismos do solo também se comportam e  
767são idênticos. Então, vejam, o eu quero alertar que o esforço de modelar é  
768válido, o problema é que o que alimentar essa concepção é absolutamente  
769frágil e que nós temos insistido nisso dessa falta de sustentação científica, e  
770isso torna ainda uma razão ainda mais forte para que defendamos nosso  
771entendimento que é: na disponibilidade de tecnologias para fazer o que nós  
772temos defendido de segregar e remover ou segregar o que interessa ou  
773remover o que não interessa é muito mais seguro para todos e para o meio  
774ambiente colocar uma discussão dessas nessas bases do que esse nível de  
775generalização. O Alfredo sabe que se alguns pesquisadores são a favor desse  
776tipo de entendimento da área de agronomia e, principalmente, ligado a  
777pesquisa agrônômica de fertilizantes uma grande maioria de profissionais que  
778nos acompanhou da área de ecologia falando de nomes importantes que estão  
779no site já foram absolutamente contrários a isso do ponto de vista científico, há  
780divergência científica profunda, se há divergências científica há uma exposição  
781a questionamento não se trata de uma posição política que eu estou colocando  
782aqui, não se garante, se eu chego e pergunto: os solos brasileiros são todos  
783iguais? Quem aprova esse modelo deveria dizer sim. Os solos brasileiros vão  
784ficar bem com essa resolução? Vocês deveriam dizer sim que estão  
785concordando com isso, mas de fato não há embasamento científico para isso  
786então com isso eu concluo aqui a minha contribuição.

787

788

789**SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Bom, eu vou  
790abrir a palavra, mas essa discussão tem sido recorrente desde o grupo de  
791trabalho. Eu acho muito importante que tenhamos em mente eu vou propor isso  
792aos conselheiros duas coisas que eu acho que são esquecidas por vezes  
793nessas nossas discussões. A primeira é o seguinte: o papel do Estado, isso é  
794uma coisa que o tema discutido muito, porque é o meu papel, porque eu  
795trabalho em um órgão regulador e enfrento essa situação o tempo todo, o papel



796do Estado e é nesse papel que nós estamos sentados aqui nessa mesa, o  
797papel de Estado é um papel de regulador, tentar mediar interesses conflitantes  
798dentro da sociedade. E para isso só há um instrumento e o instrumento é a  
799legislação, e a legislação tem que estabelecer um ponto de corte, nós podemos  
800concordando com a proposta é que me veio trazer aqui dizer, olha, nós não  
801temos segurança para estabelecer esse ponto de corte, portanto, não vamos  
802legislar sobre esse assunto, essa é uma hipótese válida, mas é importante que  
803a gente entenda que, ao longo da existência da humanidade, sempre tivemos  
804que estabelecer um ponto de corte e esse ponto de corte sempre pode ser  
805revisto, não há nada que impeça a gente de mudar esse ponto de corte o  
806momento que verificarmos que ele foi mal colocado. Foi assim com radiação  
807atômica foi assim com portabilidade de água, eu só lembro a vocês que de 86  
808para cá nós já estamos na quarta portaria de portabilidade de água, portanto,  
809em questões assim de seis anos nós tivemos quatro revisões da portaria, cada  
810uma mais restritiva do que a outra, à medida que o conhecimento de que as  
811possibilidades que nós temos até de métodos analíticos avancem. Então, o que  
812nós temos que discutir aqui é: temos segurança ou não para estabelecer o  
813ponto de corte? Esse é um ponto que ele traz e que eu acho que merece a  
814nossa atenção, essa seria uma discussão importante. Mas, eu tenho também,  
815eu acho que nós temos que ter aqui uma avaliação crítica também da forma  
816como foi colocada, que dizer, do jeito que é verdade, e boa parte das  
817incertezas que foram colocadas aqui sabemos que existe, ninguém discorda  
818delas, eu acho que está muito claro ao longo de todos os trabalhos do grupo de  
819trabalho, de oito anos de discussão na Câmara, sabemos muito bem onde é  
820que tem certezas e onde é que não tem. É preciso agora ter coragem de lidar  
821com elas ou dizer olha, não temos segurança para trocar. Agora, há uma  
822confusão aí quando se fala em ecologia, nós não estamos falando de um solo  
823virgem, nós estamos falando de áreas de pousio, nós estamos falando de solo  
824agrícola, estamos falando de lavoura. Quando a gente fala de lavouras há uma  
825aproximação maior em relação a essas incertezas que foram colocadas, quer  
826dizer, os solos na medida em que nós temos uma agricultura no país muito  
827claramente definida regionalmente, temos como fazer aproximações disso, nós  
828não estamos lidando com uma diversidade de solo natural que o Brasil tem  
829naturalmente, nós estamos lidando com um espectro menor que é o solo  
830agrícola brasileiro. E esse se aproxima muito mais do que essa distância que  
831tem no solo brasileiro, por força de quase 500 anos de prática agrícola. Então,  
832são só essas questões que eu acho que são importantes, eu só estou  
833pontuando isso, porque é importante que nós convirjam e aí eu estou tentando  
834fazer um esforço aqui de convergência por que essa discussão se nós ficarmos  
835aí, digamos assim, imobilizados nas nossas posições desde o início do grupo  
836de trabalho, que são oito anos já de discussões, nós não vamos avançar. Eu  
837acho que ambos os lados que estão aqui, quer dizer, de um lado nós temos  
838para pegar os extremos aqui, eu estou fazendo essa exposição mais do caráter  
839didático para ver se a gente avança. Nós temos de um lado a CNI dizendo:  
840“Olha, esse está restritivo demais, isso não vai ocorrer nunca essa situação,  
841vocês estão sendo pouco ousados no sentido de avançar com relação a isso”.  
842De outro lado Ministério Público está dizendo o contrário, disse: “Olha, nós  
843temos tanta incerteza que não dá para dar nenhum passo”. Então, nós temos  
844que chegar, não necessariamente ao meio termo, mas nós temos que chegar a  
845uma solução para esse conflito, não podemos ficar congelados nessas duas

846visões, temos que avançar, ou para uma ou para outra ou na busca de um  
847meio termo. Lembrando sempre eu acho que isso é importante termos em  
848mente, não há nenhuma regulamentação nem de saúde e nem de meio  
849ambiente neste país que tenha 100% de confiabilidade, se me mostrarem uma  
850eu peço demissão agora vou embora não tem nenhuma, nenhum medicamento  
851que vai para a prateleira, nenhuma água que nós bebemos, nenhum alimento  
852que nós comemos, nenhum alimento que nós comemos tem limite de  
853segurança de 100%, nenhum, nem os orgânicos, porque usam também  
854agrotóxicos nos orgânicos. Então, vamos deixar claro aqui que a discussão é:  
855temos elementos para estabelecer um ponto de corte ou não temos? Se não  
856temos, perfeito, agora, o nosso papel como Estado, e nós estamos aqui em um  
857órgão de Estado é diferente da academia, é diferente da sociedade civil, é  
858Estado e o Estado tem que dizer: “Olha, teremos uma regulação aqui ou não  
859teremos”. Esse é o desafio que está colocado aqui, só para centrar na questão  
860do desafio que está colocado, não estou aqui, embora naturalmente eu esteja  
861me posicionando.

862

863

864**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**  
865**Paulo)** – Bom, eu tinha pedido a palavra, porque eu gostaria de tentar rebater  
866com cuidado e discutir com cuidado todos os pontos que o Roberto já colocou,  
867porque precisamos esclarecer isso com a visão da prática. Porque se você ficar  
868eternamente jogando a visão da ideologia, como o Márcio falou, vai estar  
869jogando uma bruma para impedir o entendimento de todos aqui dessa questão.  
870E então, olha, como ele falou, alguém da academia, alguém que estaria fora do  
871sistema de meio ambiente, pode se sentir mais confortável com essa posição  
872enquanto eu não tiver certeza absoluta eu não faço nada. Só que nós da área  
873ambiental já enfrentamos a realidade de que muitos estados fazem, colocam  
874resíduo no solo, sem nenhuma regra, mesmo que São Paulo não quisesse  
875pode vir o resíduo não sei de onde e vai acontecer essa prática. Então, eu vou  
876rebater um a um os pontos do Roberto para vocês entenderem. Olha, eu posso  
877fazer o seguinte depoimento e não quero é jogar nenhum confete no Roberto,  
878ao longo de um ano de debate, eu na qualidade de coordenador do GT a  
879pessoa que eu reputo que mais colaborou para um crescimento maduro dessa  
880proposta de resolução foi sem dúvida o Roberto. E eu sempre tive muito atento  
881com tudo o que ele coloca não só, porque ele representa o Ministério Público,  
882mas porque muita coisa tem fundamento no que ele coloca, mas eu vou tentar  
883rebater agora como nós em São Paulo da área ambiental procurou superar as  
884incertezas. Então, vamos começando primeiro com a questão do VP.  
885Realmente, quando você vai discutir um valor de prevenção de solo seria o  
886valor que não altera a multifuncionalidade do solo teoricamente você deveria  
887ter o solo por solo já que o solo você não pode considerar um meio  
888homogêneo. Só que processualmente tudo tem os seus procedimentos,  
889quando vai ver a multifuncionalidade do solo você começa assim, primeiro, o  
890qual é a função, porque não adianta falar assim: eu quero solo igual Deus pôs,  
891isso não existe, porque se o ser humano existe na terra fazendo tudo que faz,  
892tendo que comer tanto que come, e crescendo a população como cresce, não  
893dá para dizer que o solo vai ser como deus pôs. Então, vamos lá como se faz,  
894ora, multifuncionalidade do solo, primeiro, manutenção dos ecossistemas  
895terrestres, nós precisamos realmente ter assim: quanto é o máximo da

896 substância que teria nesse solo que não alterasse esses ecossistemas que  
897 estão nos solos. Então, nós não temos isso feito com todos esses detalhes que  
898 a ciência requer para o Brasil, mas eu vou mostrar como nós fizemos essa  
899 abordagem. Primeiro, quando nós decidimos valor de prevenção que iríamos  
900 começar a nos nortear nós decidimos que ia usarmos a metodologia  
901 holandesa. Na metodologia holandesa a Mara da CETESB esteve aqui já  
902 expondo a questão dos valores orientadores, a Holanda quando ela  
903 estabeleceu um valor de prevenção, ela não considerou só dados  
904 ecotoxicológicos a micro-organismos do solo da Holanda, ela fez uma  
905 compilação internacional, onde existe esse tipo de dado? É tanto, foi feita uma  
906 curva, a Mara mostrou a curva e a Holanda adotou a cauda inferior da curva,  
907 então já a Holanda já tinha aí para superar essas possíveis divergências de  
908 qualidade de solo um procedimento estatístico que levava essa consideração  
909 muito a favor da segurança. Então, nós pegamos os dados da Holanda, além  
910 disso, não são só os micro-organismos ou os organismos do solo, e temos as  
911 plantas. São Paulo pegou as plantas mais sensíveis a esses contaminantes e  
912 fez ensaios de fitotoxicidade para ter valores de fitotoxicidade às plantas. Então,  
913 os valores de prevenção de muitos desses contaminantes já foram, vamos  
914 dizer, customizados para a realidade brasileira. Tudo bem, vai dizer: “Ah, mas a  
915 mostarda não vai crescer em São Paulo como cresce no Rio Grande do norte”.  
916 Eu não sei bem, eu só sei de uma coisa, a mostarda, ou seja, lá o que for, é  
917 esse o pedaço que não consigo esclarecer a fundo porque não é meu metiê, é  
918 supersensível e não importa o solo, ela sempre vai ser a mais sensível. Então,  
919 ela se vai ser fitotóxico a ela, vai ser fitotóxico às outras. Então, de novo eu  
920 estou mostrando um procedimento muito a favor da segurança para superar  
921 uma segunda possível incerteza. Agora, eu vou falar o que está acontecendo  
922 para o outro pedaço da ecotoxicidade do solo. Nós, eu quero dizer, a Cetesb faz  
923 parte de um grupo onde tem pessoal do Rio de Janeiro, tem da Fiocruz, um  
924 monte de pessoas envolvidas em toxicidade, já mais ou menos identificamos  
925 quem são os micro-organismos mais recorrentes em todos os solos brasileiros.  
926 Eu não sei nem o nome da minhoca que elegeram e nem o nome do trequinho,  
927 quase unicelular que elegeram, mas tem um nome. Eles já foram  
928 estabelecidos. E na ABNT estamos estabelecendo ensaio de fuga e morbidade  
929 para esses elementos. O ensaio de fuga é assim: o bichinho se ele sente que o  
930 solo não está bom ele foge, ele não espera para morrer, ele foge. Então, a  
931 primeira maneira que nós seres humanos mortais, Roberto, temos de trazer a  
932 ciência no mais possível perto da segurança. Isso está sendo feito, o dia que  
933 concluir tudo isso vai sair um monte de novos ensaios de ecotoxicidade para o  
934 Brasil, então nós vamos fechar os de ecotoxicidade para os de fitotoxicidade e  
935 daqui a um tempo realmente tudo isso que o Roberto está falando nós vamos  
936 falar: “Realmente isso não precisamos falar”. Mas, de qualquer maneira, nós  
937 procuramos já no valor de prevenção de São Paulo que estava na lista de  
938 2005, considerar tudo isso. Como eu falei, vai sair com uma lista no ano que  
939 vem e ela já está levando em consideração coisas de procedimento, de  
940 ensaios de ecotoxicidade para solos brasileiros. Então, quando adotamos esse  
941 VP, olha, tudo o que era incerteza foi coberto com bons coeficientes de  
942 segurança, que é o que nós estamos fazendo nesse modelo. Quem quiser isso  
943 mais a fundo eu convido a ir a São Paulo. Eu me proponho a me sentar 2 dias  
944 com o pessoal de solo, e eu sou assim exagerado, nós vamos nos trancar em  
945 uma sala e só vai sair de lá quando a pessoa enxergar isso. Agora, isso com

946relação ao VP, então, isso aí tem uma questão. Agora, fitotoxicidade de planta.  
947Eu já coloquei que fizemos uma pesquisa, qual é a planta mais sensível a esse  
948contaminante? Foi feito um ensaio com ela, então tem outras plantas, cada  
949uma vai reagir, tudo bem, o Roberto falou que a gente não sabe da  
950fitodisponibilidade, veja, se pegar a valoração de parâmetros a  
951fitodisponibilidade, o órgão ambiental recomendava 0,5, significa a metade do  
952que põe fica na planta e metade fica no solo. O setor produtivo propôs 1, ou  
953seja, tudo o que coloca no solo vai para a planta. Isso que evoluiu, Márcio,  
954depois da última reunião apesar de não trazer a minha universidade, eles  
955trabalharam, um pessoal lá do IAC. Nós consideramos 0,6, ou seja, 60% vai  
956para planta e 40% fica no solo. Então, nós já estamos usando com relação à  
957fitotoxicidade um valor a favor da segurança. Com relação aos valores da IN  
95827, nós, como um órgão ambiental, uma instituição formal brasileira, não temos  
959como questionar um valor em que órgão máximo de competência nessa área  
960determina que é no caso o Mapa. Inclusive, quando eu falei que queria levar  
961dois agrônomos, o que eu ouvi dos meus diretores foi o seguinte: “Não tem  
962ninguém da Agricultura lá? Eu falei: “Eu acho que vai ter”. Então, são eles é  
963que devem conversar sobre esse valor da IN 27, eles têm um mandato, nós  
964não temos. Agora, independentemente disso, por que acontece? Onde está o  
965nosso fator de segurança com relação a esse valor do PF? As cem aplicações  
966que todo mundo da área agrícola jura de pés juntos que ninguém pratica, não a  
967isso? Está a favor da segurança o coeficiente aí, mas a aplicação lá que é a  
968taxa de 400 quilos por hectare que por razões econômicas ninguém pratica,  
969então aí está o fator de segurança. Então, eu poderia continuar percorrendo  
970aqui, mas o que todo mundo precisa enxergar aqui é as inseguranças que o  
971Roberto apontam, cientificamente podem existir ainda só que na prática nós  
972fizemos os devidos coeficientes de segurança para ter uma coisa razoável para  
973começarmos, e depois vamos evoluir.

974

975

976**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – O que eu acho  
977que importante é isso, é a gente discutir se o nível de segurança que nós  
978temos, se o seu modelo nos fornece um nível de segurança aceitável, esse é o  
979ponto que temos que discutir agora, depois nós vamos discutir os valores e  
980referências, se entendermos que o modelo fornece essa segurança suficiente.

981

982

983**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (Furpa)** – Bem, é preocupante o  
984uso de contaminantes no solo via micronutriente baseados em dois estados,  
985diante da diversidade de solo em todo país. É muito grande, pelo menos no  
986Nordeste, na Bahia, Pernambuco, naquela região semiárida é muito diferente  
987compararmos com São Paulo e com Minas Gerais, a correção do lençol  
988freático com plantas agrícolas ou frutíferas nós temos que levar em  
989consideração as plantas nativas porque elas produzem uma flora, cuja flora é  
990transformada em alimento e se usarmos com base geral para todo o território  
991nós vamos ter problemas sérios com relação até ao mel orgânico que é  
992produzido da flora das plantas nativas, principalmente na Região Nordeste do  
993Brasil. Nós estamos vendo só questão agrícola e temos que ver também as  
994plantas nativas que produzem uma flora que se transforma em mel e em  
995alimento também. Como nós podemos garantir a segurança o uso de um

996 modelo que está baseado apenas em dois estados com tipos de solo que é  
997 muito diferente das outras regiões do país? Então, nós temos que estudar mais,  
998 debater mais, levantar mais dados para se ter pelo menos uma coisa mais  
999 aproximada que ofereça um pouco mais de segurança do que uma incerteza  
1000 madura que nós podemos nos deparar.

1001

1002

1003 **SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Bom, um pequeno  
1004 comentário que o Roberto colocou aqui para nós e eu acho que em outras  
1005 ocasiões eu já coloquei nesta mesma Câmara Técnica. Os sistemas naturais,  
1006 Roberto, são os sistemas não lineares, não é equação de primeiro grau e nem  
1007 de segundo, são não lineares e tridimensionais, é algo extremamente complexo  
1008 mesmo, nisso você tem razão, só quem em ciência a gente sabe que você  
1009 modela e depois você vê aquilo que se adapta melhor para aplicabilidade  
1010 prática. Até, Márcio, colocando que nós concordamos com o conservadorismo  
1011 da CETESB em relação à questão das aplicações, então assim, nós não  
1012 discordamos não, achamos que é o que está sendo colocado aqui é  
1013 importante, porque está no limite. No limiar das ciências agrônomicas. A  
1014 proposta que está sendo feita pela CETESB em termos do modelo, ela prevê  
1015 já, além da segurança, digamos, a segurança ambiental de você estar  
1016 aplicando esse material em um limite máximo de toxicidade e daquele  
1017 elemento, aí estamos falando dos dois elementos do macronutriente e do  
1018 micronutriente também porque quando entrarmos na discussão de valores, eu  
1019 queria voltar tentando explicar a diferença agora do nosso modelo pela  
1020 proposta da CETESB para que todo mundo possa entender um pouco melhor e  
1021 aí tomar a decisão que vai ser uma decisão também baseada na questão da  
1022 segurança. A questão econômica é muito importante nessa história, adubo hoje  
1023 é caro, é muito caro, é a parte mais cara hoje da agricultura é a parte de  
1024 fertilização. Então, ninguém vai aplicar até porque você aplica fertilizantes  
1025 baseado em receituário agrônômico que varia com a condição natural do solo e  
1026 da cultura que você vai utilizar, porque aí você vai migrar, vai absorver ou não  
1027 aquele elemento de interesse, é aplicado cientificamente, é feito de maneira  
1028 científica, não é feito de outra forma, além do limite necessário, porque da  
1029 mesma maneira que o que mata o paciente é a dose, nesse caso. No caso da  
1030 cultura, ela deixa de produzir ou vai produzir bem menos se você passar a  
1031 dose recomendada. Então, esse é um fator de segurança que eu considero  
1032 importante que está que no modelo por isso que eu defendo o modelo eu acho  
1033 que o modelo da CETESB é um modelo que traz segurança dentro de que o  
1034 mundo faz, e qualquer área é assim, todos os sistemas são não lineares, até as  
1035 equações da física se alguém aprofundar nas equações da lei de Newton e por aí  
1036 vai, gente, ela não é aquela equação bonitinha não, ela tem uma série de  
1037 coisas só que para efeito prático, primeiro elemento da série basta, ele dá uma  
1038 segurança muito grande nos cálculos, mas para efeitos computacionais você  
1039 coloca tudo. No caso nosso aqui o que foi apresentado pelo um modelo da  
1040 CETESB, ele já introduz essas duas seguranças, da toxicidade, que eu não  
1041 posso aplicar mais e a questão econômica também, é antieconômico eu utilizar  
1042 mais do que essas cem doses malucas que se adotou na área agrônômica,  
1043 mas que são importantes para entender como é que funciona o sistema. Eu  
1044 vou parar aqui, Márcio, quando voltarmos na discussão do fator FD fator de  
1045 disponibilidade eu quero colocar uma questão aqui para discutirmos.

1046

1047

1048 **SR. JOSÉ ROBERTO RAMOS FALCONI (Assistente Técnico do**  
1049 **Ministério Público de São Paulo)** – Bom dia a todos. Gostaria de pedir  
1050 licença ao presidente pelos questionamentos com relação ao modelo proposto  
1051 pela CETESB, são questionamentos de lógica matemática e justamente para  
1052 que o pessoal pudesse fazer o acompanhamento, nós desenvolvemos um  
1053 trabalho que eu gostaria de colocar na máquina para poder apresentar para o  
1054 pessoal poder acompanhar a linha de raciocínio. Não sei se os Conselheiros  
1055 concordam. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

1056

1057

1058 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**  
1059 **Paulo)** – Eu acho assim, se for fazer cálculo, Falconi, nós ainda vamos discutir  
1060 o modelo, se for fazer cálculo, você entra na valoração de parâmetros. *(Falas*  
1061 *sobrepostas)*

1062

1063

1064 **SR. JOSÉ ROBERTO RAMOS FALCONI (Assistente Técnico do**  
1065 **Ministério Público de São Paulo)** – Não, são questões de concepção.

1066

1067

1068 **SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**  
1069 **Paulo)** – Primeiro, teria que discutir os parâmetros.

1070

1071

1072 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Agora, eu acho  
1073 importante também e vou fazer esse desafio ao Ministério Público. Porque a  
1074 verdade é que nós já discutimos nesta Câmara a necessidade dessa  
1075 resolução, eu entendi nas vezes que nós discutimos isso que havia consenso  
1076 em relação à necessidade de regular. Então, essa discussão da regulação está  
1077 superada, nós estamos entendendo que é necessário regular. Nós estamos  
1078 agora questionando o modelo que nós estamos usando para regular, e então  
1079 se é uma crítica ao modelo proposto seria interessante que houvesse uma  
1080 alternativa, quer dizer, na incerteza que valor se usa ou não se usa ou não se  
1081 regula, isso tem que ficar claro. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)* Não,  
1082 a tecnológica é tudo aqui essa é uma Câmara Técnica e que todos nós somos  
1083 técnicos, mas eu não vi as alternativas, então, é isso que eu estou desafiando  
1084 vocês, apresentem as alternativas... *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*  
1085 Não, então é não regular. Vamos lá, o que eu acho que é importante aqui, eu  
1086 vou fazer de novo o desafio, ambos extremos aqui precisam sair da sua  
1087 oposição, porque senão nós não vamos avançar se nós continuarmos numa  
1088 posição congelada nós não vamos avançar, é preciso que a gente evolua  
1089 dessa estaqueidade que já vem de oito anos.

1090

1091

1092 **SR. JOSÉ ROBERTO RAMOS FALCONI (Assistente Técnico do**  
1093 **Ministério Público de São Paulo)** – Mais uma vez Bom dia a todos. Eu  
1094 gostaria de com relação ao que o Alfredo falou com relação à questão de  
1095 segurança absoluta, eu acho que o Ministério Público ao longo de toda a

1096participação que foi efetuada aqui no grupo técnico e Câmara Técnica, não  
1097abordou dessa forma o desenvolvimento dos trabalhos e sempre buscando a  
1098melhor tecnologia disponível para que se conseguisse atingir uma condição  
1099melhor com relação à presença dos contaminantes nos resíduos. Tanto é que  
1100nós trouxemos aqui dois representantes de duas entidades que apresentaram  
1101novas propostas tecnológicas que já vêm sendo adotadas em outros  
1102segmentos produtivos e que apresenta uma concepção da ideia diferente que  
1103seria aquela que ao invés das empresas se preocuparem em implantar vários  
1104métodos de processos para a remoção dos vários contaminantes da mesma  
1105massa de resíduo que pode ter seria justamente aquela de separar, de  
1106segregar elemento de interesses. Eu acho que com isso apresenta uma  
1107concepção um de processos industriais de uma forma muito mais eficiente com  
1108relação à separação dos contaminantes por que você estaria separando, se  
1109agregando o elemento do interesse. Outro aspecto também importante, como o  
1110Alfredo acabou de enfatizar, existem vários ensaios, várias pesquisas sendo  
1111feitas aí de âmbito ambiental, mas, por enquanto elas estão em fase de  
1112realização, quer dizer, não existe uma comprovação quanto aos resultados  
1113referentes aos valores que estariam sendo propostos nessa modelagem. E  
1114seguindo em frente, sem prejuízo aos questionamentos do meu companheiro  
1115Roberto, do Ministério Público, eu acho que por si só já seria um motivo para  
1116questionar a aplicação desse modelo, para nós esse modelo também  
1117matematicamente apresenta algumas incoerências que, nesse caso, nós  
1118selecionamos dois casos, o primeiro seria com relação aos valores  
1119estabelecidos pelo mapa e as concentrações máximas de poluentes dos  
1120resíduos; e o segundo caso é a determinação das concentrações máximas de  
1121poluentes nos resíduos para o elemento de interesses molibdênio. Como o  
1122Alfredo falou, nessa modelagem, existem parâmetros que com o correr do  
1123tempo poderão ser alterados em função de novos valores que possam surgir,  
1124inclusive o próprio Alfredo falou com relação ao PF. E, coincidentemente, é  
1125justamente em relação a esse valor que seria o nosso questionamento. O que  
1126acontece com relação à questão desse parâmetro? *(Intervenção fora do*  
1127*microfone. Inaudível)*. Então, o que acontece com relação ao parâmetro PF,  
1128que ele representa então as concentrações máximas de contaminantes  
1129estabelecidas pelo Mapa, através da IN 27 se amanhã ou depois o Mapa  
1130resolver reduzir esse valor, vamos supor que com relação ao chumbo que é o  
1131exemplo nosso aí, mas essa situação vai ocorrer com o cálculo de todos os  
1132outros contaminantes. Vamos supor que de repente o Mapa reduza a  
1133concentração de chumbo de mil miligramas por quilo que para essa  
1134concentração de acordo com o modelo realizada pela CETESB nós temos uma  
1135concentração máxima de poluentes no resíduo da ordem de 996,20 mg por  
1136quilo reduzindo o PF em 50%, vamos supor que repente o Mapa estabeleça  
1137essa redução, o que nós teremos aí? Ao invés de haver uma redução  
1138equivalente na concentração máxima do poluente no resíduo, por incrível que  
1139pareça vai ocorrer um aumento na concentração máxima do poluente no  
1140resíduo. Tal fato ocorre porque a contribuição total de contaminantes para o  
1141solo no referido modelo proposto pela CETESB é pré-determinada  
1142considerando-se o valor limite pelo parâmetro B correspondente ao VP para os  
1143solos estabelecidos pela resolução Conama 420 também mostrada. Eu  
1144acredito que alguns representantes aqui tiveram a oportunidade de fazer um  
1145simulado com esse modelo proposto pela CETESB, mas não sei se todos

1146conseguiram desenvolver esse trabalho. Aqui nós colocamos na planilha Excel,  
1147onde nós colocamos todas as fórmulas da CETESB para o cálculo da AMP, do  
1148AP. Na verdade, essas equações, elas podem ser representadas por uma  
1149única equação, onde você pega o elemento calculado em cima, joga na  
1150segunda equação e joga na terceira e nós fizemos essa tabela para cada um  
1151dos contaminantes presentes: arsênio, chumbo, cádmio, cromo. Então aqueles  
1152que desejarem fazer qualquer tipo de simulado aqui nessa reunião, nós  
1153podemos fazer esses ensaios, altera o valor aqui para ver o que ele vai  
1154acarretar com relação aos demais parâmetros. *(Intervenção fora do microfone.*  
1155*Inaudível)* Então, nós temos aqui a primeira equação,  $AMP \times PF \times Taxa$  de  
1156aplicação e número de aplicação. Bom primeira equação, o que acontece?  
1157Aqueles parâmetros TA, NA e QS são parâmetros com constantes, por isso  
1158que coloquei em azul para facilitar a visualização de vocês. E o AMP e o PF  
1159são justamente os dois valores que variam e ela justamente nessa equação a  
1160variação ocorre em função do valor do PF, os demais elementos, todos eles  
1161são constantes de acordo com a modelagem da CETESB. Então, aqui nessa  
1162modelagem que eu fiz, eu coloquei dois exemplos, um de acordo com os dados  
1163estabelecidos pela CETESB, onde para o valor de mil miligramas por quilo de  
1164chumbo, nós teremos uma concentração de 15,38 e reduzindo-se então, o  
1165Ministério da Agricultura, o Mapa, ele reduz a concentração de 1000 para 500,  
1166nós vamos ter o valor é de 7,69. Esses valores vão ser transferidos para a  
1167segunda equação. Então, a segunda equação é  $AP = B - AMP + C$ , o B como nós  
1168já falamos refere-se aos valores de referência da CETESB que é o VP, o AMP,  
1169então seria o aporte máximo do poluente que ele recebe, então uma influência  
1170direta do PF, que seria o valor estabelecido pelo Mapa, e o C representa o VR,  
1171que é o valor de referência. Então, o que acontece em função desses dados?  
1172Dando sequência na equação da CETESB, o que nós temos aqui? Nós temos  
1173dois valores que são fixos que são o 72 e 18,30, que eles se referem aos  
1174valores de referência estabelecidos pela CETESB, e o que varia justamente é a  
1175concentração do AMP, que no primeiro caso é com mil miligramas de chumbo  
1176e 15,38 e o segundo caso havendo uma redução de 50% cai para 7,69. E nós  
1177podemos verificar aqui nessa equação que o elemento principal é justamente o  
1178valor de referência é ele quem estabelece a regra de variação dessas  
1179concentrações. Então, o que eu fiz aqui? Eu peguei aquele principal elemento  
1180que é justamente o VT, que representado pelo D, joguei para o lado de lá,  
1181matematicamente ficou dessa forma, onde nós temos que D é igual a P, mais a  
1182AMP mais C. E que podemos ver claramente que o 72 o que vai ser? 38 mais  
1183as outras células, que é 38 e 18,30, e onde houver uma redução decorrente  
1184daquele valor PF lá do início, então nós teremos aqui o valor de 46,01. E esses  
1185valores é que são transportados para a última equação. Então, na última  
1186equação que seria a parte da equação nós temos a aí CMP é igual a P vezes  
1187QSCM vezes FD, NG e NA. Esses cinco parâmetros da mesma forma que  
1188naquela primeira equação são parâmetros constantes, eles não mudam de  
1189acordo com cada tipo de poluente, o que vai mudar é justamente o AP, que ele  
1190veio do cálculo da segunda equação derivado daquela primeira equação onde  
1191se originou justamente o valor PF através da IN 27 então o que acontece? De  
1192acordo com a modelagem da CETESB, nessa equação, esses cinco valores  
1193são valores fixos, nós temos aquele valor que veio da equação anterior, onde  
1194vai dar justamente aquele valor que a CETESB estabeleceu na tabela como  
1195valor limite para chumbo de 996. E pegando na sequência o exercício que nós



1196fizemos com redução de 50%, desses 46,01 vai representar um aumento de  
119720%. Conclusão, mesmo que o Mapa reduza o valor estabelecido pela IN 27  
1198para esses contaminantes não haverá uma redução equivalente nas  
1199concentrações máximas e poluentes para os resíduos que vão ser utilizados  
1200como matéria-prima. Conforme demonstrado, então a redução do valor  
1201estabelecido na IN 27 para esses contaminantes acarretará então o aumento  
1202nas concentrações dos poluentes dos resíduos elegíveis. Então, nós  
1203consideramos essa condição uma condição meio incoerente, onde se  
1204eventualmente o Mapa em um determinado momento resolver reduzir a  
1205concentração dos contaminantes no produto final deveria haver também uma  
1206redução na concentração na entrada. No segundo caso agora é com relação à  
1207determinação de concentrações máximas de poluentes nos resíduos para  
1208elemento de interesse molibdênio. Então, por exemplo, no caso aqui com  
1209relação à concentração dos elementos de interesse, a CETESB adotou o valor  
1210de 10% ou dez mil miligramas por quilo. Acreditamos que a CETESB tenha  
1211chegado nesse resultado para todos os elementos de interesses, conforme nós  
1212verificamos aqui nesse quadro, no caso do cobre, manganês, molibdênio e  
1213zinco aqui nós temos então nessa tabela que é o artigo 5º constante da minuta  
1214de resolução, os percentuais 15,12,2 e 12, isso aqui corresponde a 15.000,  
121512.000, 2.000 e 12.000 miligramas, então nessa modelagem da CETESB, a  
1216CETESB acabou utilizando de forma a representar esse percentual mínimo de  
1217interesse dos elementos o valor de 10% correspondentes a 10.000. Então aqui  
1218tem essa demonstração, no caso aqui cobre, manganês, molibdênio, zinco,  
1219onde somando-se todos esses valores dividido por 4 temos o valor de 10.250,  
1220aproximadamente 10.000 correspondente a 10%. Porém, no que se refere ao  
1221molibdênio, um elemento de interesse que a sua concentração lá é muito baixa  
1222por ser um elemento mais escasso com relação à sua presença nos resíduos  
1223elegíveis, nós verificamos que se utilizarmos esses 2000 na própria  
1224modelagem da CETESB, nós teremos uma concentração máxima de resíduo  
1225de cento e noventa e nove miligramas por quilo, muito menor, ou seja, 80%  
1226menor do que os valores que estão no quadro um, propostas aí pela CETESB,  
1227que corresponde a 996 miligramas por kg e no quadro dois proposto pelo  
1228segmento produtivo, de 750 mg. Então, aqui nós temos o quadro um proposto  
1229pela CETESB, 996 mg de chumbo para esse caso.

1230

1231

1232**SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu acho que nós  
1233estamos entrando em uma discussão de valores agora.

1234

1235

1236**SR. JOSÉ ROBERTO RAMOS FALCONI (Assistente Técnico do**  
1237**Ministério Público de São Paulo)** – Não, é só mostrar a lógica agora do  
1238percentual, o último quadro encerraremos. Assim, o que eu queria enfatizar é  
1239que para o caso de molibdênio, como ele tem uma concentração menor, ele vai  
1240resultar em um valor menor (ininteligível).

1241

1242

1243**SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Então, vamos  
1244discutir o valor do molibdênio quando chegar a oportunidade, eu sugiro assim,

1245 porque senão nós vamos entrar em outra discussão aqui diferentemente da  
1246 que nós estamos fazendo inicialmente. Mas, fica em *standby* para voltarmos.

1247

1248

1249 **SR. JOSÉ ROBERTO RAMOS FALCONI (Assistente Técnico do**  
1250 **Ministério Público de São Paulo)** - Está certo, agradeço a atenção de todos  
1251 aí. Obrigado.

1252

1253

1254 **A SR<sup>a</sup>. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (Governo do Estado de Minas**  
1255 **Gerais)** – Eu vou reforçar aqui a manifestação que eu já fiz em uma reunião  
1256 anterior de que essa resolução é oportuna e necessária, principalmente, para  
1257 atuação dos órgãos ambientais. Nós temos muitas demandas relativas ao uso  
1258 de resíduos na indústria de fertilizantes e hoje nós temos uma lacuna na  
1259 legislação, porque não temos uma diretriz que possa nos nortear para aceitar  
1260 ou não as propostas de geradores e de indústrias de fertilizantes interessadas  
1261 no reuso de resíduos industriais para aplicação com micronutrientes, indústria  
1262 de fertilizantes. Existe um caso em Minas Gerais onde o órgão ambiental se  
1263 manifestou desfavorável à autorização para um determinado uso de um  
1264 determinado tipo de resíduo que não consta nessa minuta de resolução, o  
1265 empreendedor se sentiu lesado e levou a questão à justiça, e isso está agora  
1266 numa outra esfera de discussão. Então, isso reforça a percepção que nós  
1267 temos de que é necessário ter sim essa regulamentação. Temos incertezas? É  
1268 óbvio que temos em qualquer matéria ambiental nós temos, mas nós não  
1269 podemos esquecer que as mesmas incertezas que estão aqui sendo  
1270 colocadas, elas fizeram parte da discussão da Resolução 420 e nem por isso  
1271 nós podemos considerar que ela é uma resolução que é um marco na  
1272 legislação ambiental do país e está motivando todos os estados da federação a  
1273 buscarem o aprimoramento dos seus mecanismos de controle a partir da  
1274 definição dos valores orientadores de qualidade. É óbvio que esse é um  
1275 trabalho para anos de pesquisa neste nosso país com todas as dificuldades  
1276 que temos dentro dos órgãos ambientais, dentro das instituições públicas de  
1277 ensino e pesquisa, que carecem até de financiamento para isso, mas estamos  
1278 dando alguns passos importantes. Os valores referentes de qualidade em  
1279 Minas Gerais já estão sofrendo revisão também, já está em andamento,  
1280 nenhum trabalho é perfeito na primeira aproximação em que é feita ainda mais  
1281 em se tratando desse assunto. E estamos caminhando também para a  
1282 definição dos valores de prevenção e dos valores orientadores para a  
1283 radionuclídeos, que é um problema especial do estado de Minas Gerais e  
1284 também para valores orientadores em áreas agrícolas, que vai ser bastante  
1285 interessante para podermos verificar se estamos com essa resolução no  
1286 caminho certo ou não. Mas, eu acredito que nós temos que dar esse passo,  
1287 como a Resolução 420 foi estabelecida na discussão daquele grupo de  
1288 trabalho que ficou eu acho que mais de dois anos apreciando aí as referências  
1289 internacionais que tínhamos para chegar nesses valores, eu acredito que essa  
1290 proposta é factível, ela é viável, que a metodologia proposta pela CETESB é  
1291 plausível, é o estado dentro do Brasil eu tem maior experiência no trato dessa  
1292 questão, por isso nós entendemos que essa metodologia é adequada neste  
1293 momento. E que uma saída pela proposição de rotas tecnológicas para  
1294 segregação desses micronutrientes em resíduos, elas não estão eliminadas a

1295partir de uma possível aprovação dessa resolução, elas deverão acontecer  
1296naturalmente porque isso não concorre com a definição de um critério de  
1297avaliação da aceitação de um resíduo para ser dito micronutriente, porque há o  
1298interesse das indústrias em avançar nesse sentido, essa resolução não proíbe  
1299que isso seja feito e as coisas vão acontecer em paralelo. Existem grupos  
1300internacionais que já buscaram conversas com o órgão ambiental de Minas  
1301Gerais colocando esse tipo de proposta na mesa, mas independentemente de  
1302considerarmos que as tecnologias são apropriadas ou não, elas têm um custo,  
1303um custo que talvez para a nossa realidade ainda seja elevado, não seja  
1304atrativo por uma questão de mercado. Não esquecendo que o custo da  
1305disposição final dos resíduos que contém metais também é alto, também tem  
1306sido uma dificuldade para os geradores desses resíduos. Por isso, eu gostaria  
1307de reforçar a posição do órgão ambiental de Minas Gerais de que é  
1308extremamente necessário termos sim uma linha de corte, termos uma  
1309referência para analisarmos os casos que nos chegam, lembrando também que  
1310o licenciamento da unidade que vai receber esses resíduos para serem  
1311utilizados como micronutrientes tem também que levar em consideração todos  
1312esses aspectos relacionados a esse processo produtivo que receberá esse tipo  
1313de resíduo, e que a aplicação desse fertilizante feito com resíduo, digamos  
1314assim, ele será através de condições controladas. Então, acredito que essa  
1315primeira aproximação, que essa minuta de resolução é adequada do ponto de  
1316vista técnico, e até pelos motivos do extremo conservadorismo que está sendo  
1317adotado neste momento, eu acho que é um passo que nós podemos dar sem  
1318aí esquecer que com o avanço das pesquisas no país para a definição de  
1319valores orientadores, esses critérios poderão a qualquer tempo ser revistos e  
1320cada órgão ambiental poderá inclusive estabelecer critérios mais rigorosos,  
1321caso chegue à conclusão que para o seu caso dos valores de qualidade do  
1322solo esses parâmetros não possam ser aplicados. Então, são essas as  
1323considerações que eu gostaria de fazer.

1324

1325

1326**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Passo a palavra  
1327ao Dr. Alfredo, mas faço uma provocação aos suplentes que também se  
1328manifestem, eu acho que é interessante termos o maior número de opinião dos  
1329conselheiros na medida em que a gente vá discutindo esse assunto.

1330

1331

1332**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**  
1333**Paulo)** – Não, eu só queria já que o modelo que está em pauta é a CETESB eu  
1334tenho sempre que rebater tudo que é dito. Então, olha, uma coisa que nós  
1335precisamos entender é o seguinte, o homem passou o seu desenvolvimento  
1336buscando modelos que tentassem fazê-lo enxergar como a realidade funciona,  
1337como a natureza funciona. Se você pode gastar um monte de incentivos e  
1338depois vai chegar em um modelo que não reproduz a realidade, esse modelo  
1339não é bom. Então, é lógico que se você diminuir a quantidade de metal que  
1340está lá no fertilizante natural, você poderia aceitar um pouco mais do que  
1341chega ao fertilizante micronutriente, por quê? Porque o nosso raciocínio parte  
1342que nós estamos usando no nosso modelo a questão de contra aplicava total,  
1343qual é o máximo que seria aceitava sem nenhuma hipocrisia. Você ter um  
1344modelo aqui que alguma coisa, alguma variável, você mexe, e de repente ela

1345 só faz diminuindo ao contrário da realidade, a minha tese de mestrado é de  
1346 modelagem matemática de transporte de poluentes em águas subterrâneas. Eu  
1347 fiz um curso de modelos matemáticos na natureza de dois anos que só 5 no  
1348 Brasil fizeram, o cara foi embora, e não arrumou mais ninguém para aguentar,  
1349 gente. Então, eu sei o que eu estou falando, o modelo tem que ser lógico, e ele  
1350 vai responder de acordo com o que o alimentamos, mas o que importa é que a  
1351 resposta final tem que ser lógica. Então, realmente eu acho que isso fica claro  
1352 se essa situação vai diminuir um e aumentar o outro. Agora, outra questão: a  
1353 hora que você melhorar o parâmetro PF porque o Mapa decidiu que aquilo está  
1354 muito favorável, nós também vamos estar melhorando todos os outros nove  
1355 parâmetros que temos que valorar, e todos eles vão estar agindo em um  
1356 modelo, no mesmo momento, então nós continuamos tranquilos, porque a base  
1357 matemática representa a realidade. Então, é isso que eu estou falando do  
1358 modelar, você precisa ver como as várias variáveis estão inter-relacionadas e  
1359 como você está usando o seu modelo para a proposta que você tem. Eu só  
1360 queria chamar a atenção de outra questão: é lógico e eu acho que essa  
1361 resolução tem que ter o mérito de provocar um tratamento, só que mesmo em  
1362 tratamento, agora eu chamo a atenção para a praticidade e objetividade que  
1363 nós do órgão ambiental temos que enfrentar. Ora, qualquer tratamento seja  
1364 para reduzir a emissão atmosférica que seja para reduzir a emissão de um  
1365 efluente líquido, ele pressupõe qual a máxima eficiência e admissível? Zero  
1366 nunca existe e mesmo assim nós vamos ter que estabelecer qual é a máxima  
1367 eficiência permissível e nós não vamos fugir de ter que talvez fixar algum valor.  
1368 É só isso que eu chamo a atenção. E se decidirmos que nós vamos começar,  
1369 como todas as outras resoluções, nós vamos começar com o grau de  
1370 segurança que nós temos e deixar elementos para evoluir e melhorar ao longo  
1371 do tempo que aqui foi feito na resolução de solo.

1372

1373

1374 **SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Todas que eu  
1375 conheço, aliás, toda a legislação brasileira é baseada nisso. Bom, o que eu  
1376 acho importante é termos em mente, eu só vou fazer essa pontuação, porque é  
1377 um assunto que eu tenho colocado aqui. Eu acho que é interessante  
1378 pensarmos se optarmos pelo modelo em manter o modelo da resolução e  
1379 depois pensar como é que faremos isso, porque eu acho que facilita tanto a  
1380 atualização do modelo depois como essas discussões, quer dizer, isso que o  
1381 Dr. Falconi colocou como constante, na verdade, é constante hoje, amanhã nós  
1382 podemos mudar o valor dessas constantes ou até deixá-las variáveis de acordo  
1383 com os valores que virão dos estados, nada impede de fazer isso. Hoje nós  
1384 estamos fixando isso baseado em outros padrões ou outras linhas de corte que  
1385 nós já estabelecemos como é o caso da Resolução 420, esse é a linha de  
1386 corte, quer dizer, não adianta, por isso que eu chamo de novo aqui neste papel,  
1387 e respeitando o papel do Ministério Público que é outro, respeitando o papel  
1388 das organizações não governamentais que é outro, neste órgão aqui, este  
1389 órgão é um órgão de Estado e ele tem uma função aqui que é uma função de  
1390 assessorar o Poder Executivo para tomar algumas decisões. Essas decisões  
1391 pressupõem o estabelecimento de linhas de corte, é assim que se governa,  
1392 qualquer iniciativa parte de uma linha de corte, se eu estou dizendo que o teor  
1393 máximo de sal admissível na comida é xis, não importa se ele venha a batata  
1394 frita ou do bife e ele vai ser o X e foi isso que nós fizemos aqui na 420, então

1395se ele vem da batata frita ou se ele vai para o bife com o teor máximo de sal  
1396possível parte de um pressuposto de que o corpo humano recebe X mesmo  
1397sabendo que não existe nenhum corpo humano igual ao outro que um é X e o  
1398outro é 2 x e outra meio X, não adianta, é assim que legisla historicamente nas  
1399questões de saúde pública e nas questões de meio ambiente. A questão que  
1400está sendo colocada aqui é: temos um ponto de corte aceitável ou não? Essa é  
1401a questão, então não sei se mais alguém quer se manifestar.

1402

1403

1404**SR. CARLOS BOCUHY (Proam)** - Bom, algumas questões que me  
1405chamaram a atenção e que me trazem bastante intranquilidade, a primeira  
1406delas é o tempo necessário para o estudo de qualidade dos estados para que  
1407isso fizesse parte do modelo de uma forma mais precisa. Eu concordo com  
1408você, Rocca, que a política do café-com-leite sempre deu certo no Brasil, mas  
1409no caso de poluente, e estamos tratando aqui de uma questão mais específica  
1410com relação à saúde pública, é necessário que se tenha uma perspectiva de  
1411quanto tempo nós teríamos essa segurança do ponto de vista técnico para  
1412fazer uma resolução que contemplasse realmente a segurança ambiental. A  
1413Dr<sup>a</sup>. Zélia coloca que talvez num prazo de um ano ou dois anos, nós teríamos  
1414esses dados. Então, me parece, eu diria como entidade não governamental  
1415nesse processo não sentindo a atribuição tão forte normativa no Conama como  
1416Márcio coloca, porque são ossos do ofício, eu tenho uma visão pouco  
1417diferente do papel do Estado, porque o Estado quando sinaliza uma falsa  
1418segurança, a sociedade fica sem possibilidade de reação, porque o Estado  
1419sinalizou, um conselho sinalizou, nós sabemos disso a partir do momento que  
1420uma decisão é tomada num conselho dificilmente mesmo em defesa da saúde  
1421pública você consegue reverter isso em um processo judicial. Então, neste  
1422momento aqui, é que nós temos que contemplar essas questões de segurança,  
1423eu acho que o papel do Estado é esse, de fazer a linha de corte entre setor  
1424público, setor privado e sociedade, quer dizer, esse é o papel do Estado e não  
1425do governo, do Estado. Então, nessa perspectiva que eu queria deixar claro  
1426que a nossa posição não é uma posição contrária não, é pela qualidade, se for  
1427uma resolução para realmente reutilizar materiais e que retire todo o material  
1428que não seja de interesse do solo e passe segurança, eu serei o primeiro a  
1429apoiar, porque faz parte realmente de lógica reversa, aí sim, mas a partir do  
1430momento que eu adoto a política do café-com-leite para o solo brasileiro, isso  
1431para mim é temerário e eu não consigo entender de uma forma pelo menos do  
1432ponto de vista de segurança ambiental como é que a gente não pode apressar  
1433o processo de que os estados façam esse levantamento para que venhamos a  
1434ter uma resolução realmente que contemple essa questão. Eu acho que,  
1435basicamente é isso, não é nenhuma novidade para vocês o que eu estou  
1436falando, mas gostaria de deixar claro isso. Tem uma pergunta do Roberto.

1437

1438

1439**SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Antes eu queria  
1440fazer uma colocação a partir dessa provocação. Nós temos aqui um colega do  
1441Mapa, eu queria perguntar para ele se ele entende que uma vez que os  
1442estados tenham os seus valores orientadores, do ponto de vista dos solos  
1443agrícolas, se isso vai trazer alguma diferença significativa ou se ele acha que  
1444esse limite que nós estamos chamando aqui de café-com-leite é um limite

1445temerário em relação a quando nós tivermos o restante dos solos agrícolas  
1446brasileiros mapeados, lembrando que não é solo geral, nós estamos lidando  
1447aqui com o solo já alterado ao longo de uma prática agrícola de alguns anos  
1448em alguns estados bem antigos, em outros menos e, portanto, já há certa  
1449padronização de qualidade do solo. Primeiro pergunto se essa minha assertiva  
1450é verdadeira ou não, se eu estou dizendo bobagem aqui. Pressupor que não  
1451haja muita diferença entre os solos agrícolas ao longo das práticas ou pelo  
1452menos que não haja tanto quanto havia quando solo é natural, que haja uma  
1453tendência à homogeneização e que se essa heterogeneidade nos traz uma  
1454insegurança do nível em que foi colocado aqui pelo doutor Bocuhy.

1455

1456

1457**O SR. HIDERALDO (MAPA)** - Bom, na verdade, você tem em termos de solos,  
1458você tem uma segurança de solos agrícolas que é o seguinte: você está  
1459considerando Minas e São Paulo, são solos que são trabalhados ou não, já tem  
1460certo conhecimento desse solo, o restante do Brasil vamos dizer onde que  
1461você tenha uma agricultura hoje, o estado mais representativo, os estados mais  
1462representativos? Seria Mato Grosso e Paraná, Goiás, Paraná e Mato Grosso.  
1463Nós não temos absolutamente diferença praticamente nenhuma em relação  
1464aos solos de São Paulo, por exemplo, você tem hoje nessas áreas agrícolas já  
1465há vários anos, os solos são basicamente de cerrado e a agricultura brasileira  
1466vai crescer é para esse lado, é para o lado de cerrado. O que não é cerrado já  
1467está estabelecido, igual se falou aqui há mais de 500 anos. Então não tem, e a  
1468outra coisa que é importante considerar é o seguinte: os metais incluídos esses  
1469metais pesados, eles têm sua disponibilidade aumentada para as plantas nos  
1470solos que são mais ácidos. Então, o que nós temos? Esses solos que estão  
1471sendo agricultados, que vão ser inseridos nesse processo de agricultura, eles  
1472precisam correção para chegar num pH ideal e esse pH ideal para se praticar a  
1473agricultura a disponibilidade desses metais diminuem. E se você for para o  
1474Nordeste, por exemplo, que tem uma predominância dos solos mais básicos  
1475com o pH mais alto, então os parâmetros que nós estamos usando como São  
1476Paulo e Minas, eles são muito mais seguros, porque nesses solos do Nordeste  
1477que tem um pH mais alto, a disponibilidade desses metais que porventura  
1478sejam jogados lá vai ser muito menor para as plantas. Então, eu não vejo como  
1479neste momento é claro que é desejável e ideal que se estude cada situação,  
1480mas para se tomar uma decisão em uma resolução dessa eu não vejo  
1481insegurança nenhuma em usar no modelo parâmetros de solos de Minas  
1482Gerais e São Paulo, sinceramente, eu não consigo enxergar nenhuma  
1483dificuldade em se utilizar isso.

1484

1485

1486O SR. ROBERTO VARJABEDIAN (Assistente Técnico do Ministério  
1487Público) – Então, em relação só essa colocação eu mostrei aqui talvez não  
1488seja o caso de mostrar de novo, mas eu mostrei aos senhores *slides*  
1489exatamente desses estados que estão na apresentação de um professor que  
1490chama Jairo Rueda da Unesp de Rio claro que foi feita naquele encontro do  
1491São Paulo que mostra exatamente nesses estados a diversidade de solos.  
1492Mesmo dentro dessas generalizações de cerrado, os solos são diversos, eu  
1493duvido, vocês como Ministério da Agricultura sustentar isso que você está  
1494falando cientificamente se escrever e dizer os fundamentos podemos ao menos  
1495discutir. Exatamente algumas coisas que o Alfredo coloca aqui também que  
1496apareceram agora na última reunião justificando o procedimento mais  
1497detalhado de se fazer essa modelagem também não foram escritos em lugar  
1498nenhum. Então, é importante que essas coisas todas sejam registradas em  
1499algum lugar e que a gente possa questionar: Agora, o objetivo da fala é que eu  
1500só aproveitei para lhe questionar, porque realmente eu tenho os dados. Posso  
1501até mostrar aqui, há diversidade de solos dentro das regiões em áreas muito  
1502restritas, eu tenho aqui imagens de Minas Gerais, do Mato Grosso e de outros  
1503estados, nós temos dados para mostrar que o solo são diversos, ainda que  
1504trabalhados. Os controles de pH não são assim matematicamente controlados  
1505com o que você está dizendo, e há diversidade, há diversidade inclusive de  
1506níveis de contaminação por conta dos agrotóxicos, por conta dos próprios  
1507insumos agrícolas feitos historicamente. O que eu queria contribuir é o  
1508seguinte: a Resolução 420 é voltada para uma meta de prevenção ou de  
1509gerenciamento de áreas contaminadas, é um universo de atuação. O que nós  
1510estamos discutindo aqui é pegar um dado que é do universo da prevenção e do  
1511gerenciamento de áreas contaminadas e usá-lo como padrão de qualidade de  
1512solos para um tipo de resolução como essa, por exemplo, quando você vai  
1513definir o que é acrescentar lá. São universos distintos. O solo é diferente da  
1514água e do ar em relação à cumulatividade. E os solos agrícolas quando eu falei  
1515da questão de que os solos nós estamos trabalhando com a hipótese de solos  
1516iguais, eu estou falando dos agrícolas, que estão sendo tratados os solos  
1517agrícolas como iguais nessa modelagem, não são, há muita diversidade,  
1518inclusive para os outros aspectos, lavagem de perfil, contaminação de lençol  
1519freático, relações de cadeia alimentar, são assuntos que não foram discutidos  
1520aqui. Nós estamos baseando todo esse procedimento como enfoque industrial  
1521e agrônômico, e naquele nosso evento, isso foi mostrado nessas discussões.  
1522Então, por fim, o que eu queria colocar também é o seguinte, existe uma  
1523imagem na cabeça das pessoas, e eu não sei por que, a distribuição territorial  
1524do Brasil em termos da agricultura, ela é uma coisa eterna. Então, que certos  
1525pedaços do território vão ser sempre plantio de soja, vão ser sempre plantio de  
1526cana. Todo agricultor sabe que tem que fazer rotação de culturas, todo  
1527agricultor sabe que tem que deixar áreas em descanso, as áreas agrícolas  
1528interagem com sistemas naturais. Então, não há que se falar de uma área  
1529controlada como se o solo agrícola fosse um vaso. Então, o que eu gostaria de  
1530deixar claro é que quando se fala tanto da Resolução Conama 420, ela tem  
1531objeto, ela tem o seu propósito. Aqui nós estamos falando de tirar um dado da  
1532Conama 420 e começar a regulamentar várias adições de substâncias na  
1533diversidade de solos que o país tem sem saber exatamente o que significa.  
1534Não estamos falando aqui de 100% de segurança, que isso é uma retórica que  
1535usada às vezes até para tirar um pouco a procedência técnica e científica do

1536que estamos dizendo, estamos falando de procedência técnico-científica, nós  
1537estamos falando de apontar equívocos técnico-científicos. O que nós estamos  
1538fazendo aqui não é exigir nada em termos de 100%, nós estamos dizendo que  
1539há um erro técnico-científico sendo praticado porque a visão da agricultura é  
1540multidisciplinar, não é só pra agronomia, não é só da indústria, há que se  
1541considerar a informação já disponível, e quando se fala aqui tão rapidamente  
1542nós vamos ter mais detalhes a respeito dessas questões, por que eles não vão  
1543ser considerados na discussão, se a questão é alguns meses que está se  
1544falando? E, por fim, eu acho que acima de tudo, deixar muito claro, quando  
1545você fala em uma proposta tecnológica de segregar, você está eliminando  
1546vários problemas por que você tirou o que interessa e o resto você vai  
1547descartar como resíduo. Você não vai discutir limite de segurança, você não vai  
1548falar de detectabilidade, você não vai falar de nada, você vai usar a tecnologia  
1549que aqui o pessoal do Cetem e outros que possam ser consultados trouxeram  
1550como alternativa existente e consignar para usar resíduo você deve segregar  
1551aqueles que lhe interessam, por quê? Porque é muito arriscado nessas bases  
1552fazer uma lei, um regulamento, por quê? Nós não sabemos, quando vocês  
1553falam que vai acontecer isso ou aquilo, com em quê? Quem disse? Os agentes  
1554vão ser os mesmos? Essas leis vão ser renovadas, quando? Quem vai garantir  
1555essa evolução? Quem vai garantir que nos próximos 10, 15 anos essa  
1556resolução não seja simplesmente reeditada? Não há contrapartida disso, então  
1557nós estamos falando assim, há uma diretriz, nós estamos apontando equívocos  
1558técnico-científicos e falta de segurança ambiental. É isso que nós estamos  
1559fazendo e estamos dando alternativa sim dizendo: vamos pelo lado da  
1560segregação, vamos pelo lado da tecnologia que tem caminho, é isso.

1561

1562



1563 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA VELOSO (MMA)** – Eu acho que a democracia é sempre um  
1564 exercício muito difícil, eu tinha pedido a palavra para falar de outra coisa, mas  
1565 eu não posso me furtar, Roberto, quando você comete um equívoco como você  
1566 cometeu agora. Você tratou da 420 somente da segunda parte dela que é o  
1567 gerenciamento de áreas contaminadas. A primeira parte da resolução, e isso  
1568 foi o link que a CETESB fez que trata dos critérios e valores orientadores de  
1569 qualidade dos solos, essa resolução que os senhores estão discutindo agora  
1570 sobre resíduos utilizados com matéria-prima tem tudo a ver com 420. A 420  
1571 nos dá os valores indicadores. O que a CETESB fez foi lincar esses valores a  
1572 um valor de permissão, um critério, uma linha de corte de poluição. Então, me  
1573 permita discordar de você quando você fala da Resolução 420, não tem nada a  
1574 ver, porque ela tem tudo a ver, ela está extremamente relacionada ao tema que  
1575 nós estamos tratando, eu acho que seria um descompromisso com aqueles  
1576 que não são, que não trabalham com essa matéria no dia a dia e que não têm  
1577 essa prática poder entender que a CETESB fez uma relação equivocada, e  
1578 não, fez foi feita uma relação extremamente direta. Quando eu falo que a  
1579 democracia é um exercício muito difícil, eu digo, porque, e eu queria usar as  
1580 palavras do Bocuhy que foi aquilo que eu queria comentar quando eu pedi a  
1581 palavra. Eu acho que a incerteza nós vivemos hoje, Bocuhy. Não é incerteza,  
1582 nós estamos buscando não ter incertezas quando nós discutimos uma proposta  
1583 de resolução. A incerteza nós temos hoje, porque hoje as licenças são dadas  
1584 para uso de resíduos como matéria-prima para micronutrientes sem parâmetro  
1585 algum. Ou pelo menos eu diria que o parâmetro que Minas usa não é o mesmo  
1586 que São Paulo usa, pode ser que não seja, porque não existe uma norma para  
1587 isso, pode ser que não seja o mesmo que o Rio Grande do Sul usa, o Rio  
1588 Grande do Norte ou o Amazonas. Então, o que nós estamos querendo  
1589 construir é alguma certeza. E nós podemos, por que não colocar uma cláusula  
1590 de revisão? A Resolução Conama 420 tem um prazo, nós demos na época um  
1591 prazo de quatro anos para os estados terem o seu valor de referência de  
1592 qualidade do solo e têm um prazo de cinco anos para ser revista, por que não  
1593 colocar uma cláusula de revisão nesta aqui também? Mas eu acho que se nós  
1594 formos buscar a certeza ou o ótimo, nós vamos ficar muito longe do bom e  
1595 vamos continuar essa proposta de resolução já tem, salvo melhor juízo, quase  
1596 dez anos que está sendo discutida neste Conselho, 8, 9 anos, eu acho que a  
1597 postergação de um texto legal vai nos gerar mais incerteza ainda. Eu acho que  
1598 mesmo aqueles que concordam com seus textos não estão 100% confortáveis  
1599 com tudo que ela está colocando, mas eu acho que a gente tem que ter no  
1600 mínimo aí mais 50% de conforto, eu acho que o que os órgãos estaduais de  
1601 meio ambiente têm se manifestado nesta Câmara Técnica é que existe algum  
1602 conforto para que ela possa ser um regulamento legal e que pode até no futuro  
1603 ser revista depois que os estados e respondendo à sua pergunta por fim,  
1604 conforme eu falei, não existe, eu acredito que no momento não exista como  
1605 possamos dar mais agilidade a que os estados façam seus valores de  
1606 referência. Eu acho que nós fizemos um esforço aqui, eu tenho uma gerente  
1607 substituta que foi a pessoa que catou esse projeto e saiu atrás dentro do  
1608 Ministério para fazer e nós estamos em plena capacitação dos órgãos de meio  
1609 ambiente. Eu acho que nós estamos em pleno esforço para que consigamos  
1610 vencer o prazo, conforme eu disse, nós não estamos pensando agora no  
1611 momento de pedir a mudança do artigo oitavo 420 que dá o prazo aí de quatro  
1612 anos para os estados terem seu valor de referência do solo. Nós estamos com

1613 uma boa perspectiva de que eles vão ter essa referência. E outra coisa que eu  
1614 gostaria de esclarecer é que o que essa resolução está propondo não é a  
1615 fórmula de aplicação do micronutriente no solo ela está dizendo simplesmente  
1616 o gatilho dessa resolução é: se eu posso usar um resíduo como matéria-prima  
1617 para micronutrientes e em que condições esse resíduo pode ser utilizado. Eu  
1618 não estou dizendo em que tipo de solo é que está sendo, porque isso não faz  
1619 parte das obrigações deste Conselho regulamentar, o uso do micronutriente no  
1620 solo é uma prerrogativa do ponto de vista legal do Ministério da Agricultura.  
1621 Então, não vamos misturar as coisas não, vamos dizer assim, eu estou  
1622 colocando resíduo e ele vai ser usado para qualquer cultura o micronutriente  
1623 em qualquer situação. Essa resolução não pode e nem vai regulamentar esse  
1624 ponto, quem regulamenta isso é o MAPA, eu estou só dizendo é: o resíduo  
1625 gerado em uma planta, ele pode ser utilizado e em que condições ele pode ser  
1626 utilizado? Obrigada.

1627

1628

1629 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**  
1630 **Paulo)** – Bom, mas só reforçando um aspecto que o Roberto falou que estaria  
1631 usando uma ferramenta de contaminação do solo, eu faço um convite a todos  
1632 os senhores conselheiros e representantes, esse livro vai estar aqui até onde  
1633 eu sei na hora do almoço. Que chegar antes, abra esse livro e veja uma coisa,  
1634 na Resolução 420 tem um fluxograma que ocupa uma página inteira, que  
1635 mostra processamento e gerenciamento de qualidade de solo, até solo limpo,  
1636 até área contaminada. Então começa no valor de referência de qualidade do  
1637 solo limpo, o valor de prevenção que seria o valor a ser cedido não alteramos  
1638 de funcionalidade do solo e chega lá no de intervenção. E já começa dizendo o  
1639 que você faz se você tiver um solo com concentrações perto do valor de  
1640 referência de qualidade. O solo limpo você não precisa fazer nada, o que você  
1641 faz se o seu valor tiver entre o seu valor de referência de qualidade do solo  
1642 limpo e o valor de prevenção. Significa que pode estar tendo contaminantes  
1643 além daquele desejável, está lá, vai atrás das fontes, faz um programa  
1644 preventivo etc. o que você faz se o valor estiver entre valor de prevenção e  
1645 valor de intervenção. Vai atrás das fontes, edita as fontes, desculpe, autue as  
1646 fontes, ou seja, Roberto me desculpe, mas agora vou fazer um comentário  
1647 você que foi tão rigoroso em todas as avaliações que você fez, nessa você foi  
1648 extremamente superficial ao simplificar dessa maneira a Resolução 420, então  
1649 se a questão é a dúvida dos conselheiros, por gentileza, vocês têm uma  
1650 inteligência que basta olhar essa resolução e ver que do jeito que ela está aí  
1651 ela faz gerenciamento sim de qualidade de solo. E quando a gente coloca no  
1652 nosso modelo VP, como limite nós estamos tratando da metade de solo como  
1653 multifuncionalidade, ninguém está falando em chegar nem perto do valor de  
1654 intervenção, que é o que iria deflagrar como uma área contaminada, e ainda  
1655 assim contaminadas se representa risco ou não, remete a outra coisa na  
1656 sistemática de gerenciamento das áreas contaminadas. Então, eu acho que  
1657 está na hora de todos nós aqui temos uma maturidade, porque nós já sabemos  
1658 quem acha que precisa de uma resolução e quem acha que não precisa. O que  
1659 precisamos é parar de lançar névoas de inseguranças ao grupo, e o que o  
1660 grupo aqui de conselheiros precisa fazer é decidir até que ponto temos névoas  
1661 ou até que ponto nós estamos enxergando a realidade que nós estamos  
1662 vivendo.

1663

1664

1665 **O SR. CARLOS BOCUHY (Proam)** - Bom, eu só gostaria de dizer para o Dr.<sup>a</sup>.  
1666 Zilda que eu concordo com a colocação dela com a preocupação Zilda, essa  
1667 questão do papel do gestor daquele que faz normatização na aplicação, é claro  
1668 que tem uma visão prática no sentido de que isso seja viabilizado e seja revisto  
1669 e ver a questão com um processo, mas nós temos na história do Conama e na  
1670 história do setor público uma situação muito difícil com relação à revisão de  
1671 resoluções. Nós estamos pedindo a revisão da resolução de qualidade do ar no  
1672 Brasil que é de 1979, há 4 anos, nós estamos pedindo ao Conama e agora tem  
1673 um informe para ser dado hoje sobre esse nosso pedido nós estamos com  
1674 vinte e poucos anos de atraso na revisão da resolução que mata em São Paulo  
1675 por falta de política pública acerca de 8 a 12 pessoas por dia no inverno  
1676 segundo a Faculdade de Saúde Pública. Então, não é tão fácil trabalharmos  
1677 com a garantia de que haverá um processo de revisão da resolução, o diesel é  
1678 um bom exemplo para a gente que as coisas não acontecem como a gente  
1679 planeja aqui com a melhor das intenções. Então, eu gostaria de me referir a  
1680 essa mesma bruma que o representante da CETESB coloca que é preciso ter  
1681 certeza das coisas, um nível de incerteza aceitável o nível de certezas que nos  
1682 dê segurança, nós não temos hoje essa segurança no aparato institucional do  
1683 Conama, até mesmo pela dificuldade de revisão de resoluções. Então se este  
1684 grupo puder colocar a sua eficácia e a sua eficiência na proposição de uma  
1685 resolução que seja para agora, no sentido de que ela contemple realmente  
1686 segurança ambiental, e isso seria muito mais de maior valia para a sociedade  
1687 brasileira do que criarmos uma situação de insegurança ambiental. E, portanto,  
1688 de segurança jurídica que poderia gerar inclusive a inviabilização da resolução.  
1689 É claro que a sociedade civil diante de segurança ela não vai ficar adormecida  
1690 como não ficou diante do Código Florestal. Então, gostaria de chamar atenção  
1691 para isso e colocar para representante da CETESB que a bruma, na verdade,  
1692 decorre da subjetividade que vocês estão trazendo, a subjetividade colocada  
1693 por vocês leva a um questionamento que, na verdade, não pode ser entendido  
1694 como bruma. A bruma está na incerteza que é trazida na questão de mérito da  
1695 proposta.

1696

1697

1698 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**  
1699 **Paulo)** – Só rebatendo, olha, a bruma que eu quis especificamente dizer é que  
1700 uma Resolução 420 que trata de gestão de qualidade do solo como um todo só  
1701 trata de área contaminada. Tudo o que nós trouxemos aqui nós trouxemos com  
1702 honestidade, mostrando a limitação e o fator de segurança que nós colocamos.  
1703 Então, eu acho que o que tem aqui é só essa questão de decidirmos: olha,  
1704 vamos encarar isso à luz do que temos ou vamos deixar os estados continuar  
1705 colocando resíduo direto sabe-se lá Deus com que concentração de metais em  
1706 todo o solo. Eu acho que é isso a situação que nós temos aqui, que foi  
1707 colocado aqui.

1708

1709

1710 **O SR. CARLOS BOCUHY (Proam)** - Eu não posso aceitar esse o seu  
1711 argumento novamente, porque dizer que para desregulamentação e a poluição  
1712 do solo ela demanda uma nova resolução em um país que tem leis como o

1713nosso, me parece muito difícil. Eu acho que nós devemos tratar essa questão  
1714de regularidade e poluição de solo de outra forma, isso é uma questão de  
1715monitoramento. E de controle.

1716

1717

1718**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**  
1719**Paulo)** – Bocuhy, você precisa entender uma coisa, a posição teórica de vocês  
1720é perfeita, na prática hoje já se coloca resíduos direto no solo contaminando e  
1721muito esse solo, e isso é sabido tanto é sabido que a própria Abema pediu  
1722essa resolução. Então, é disso que nós temos que decidir, vamos continuar  
1723fechando os olhos porque é praticado com total insegurança a favor de ter uma  
1724segurança total de regulamentar isso. Então, como o próprio Márcio falou, eu  
1725entendo a sua postura, nós já tivemos possibilidade de nos embater em um  
1726monte de situações eu acho que nós saímos bem, tanto você como eu, em  
1727fóruns lá de São Paulo. Agora, é fato, nós vamos ter essa insegurança total do  
1728que fazem hoje, o vamos começar a buscar uma segurança maior. Eu não sei,  
1729eu acho que tem a ver muito com a posição de que cada um representa aqui.

1730

1731

1732**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu já comentei  
1733antes e vou tornar a dizer, eu acho que nós estamos enfrentando uma  
1734situação, eu sei que alguns acham que eu estou simplificando a situação  
1735quando coloco dessa forma, mas, na verdade, nós estamos há oito anos  
1736discutindo essa resolução e nas últimas reuniões, eu noto uma certa  
1737cristalização de posições. Isso para mim sinaliza uma coisa, quer dizer, nós  
1738não estamos evoluindo, e aí em qualquer situação de debate, de reunião, de  
1739discussão onde se busca aumentar as possibilidades de consenso que, eu  
1740acho que esse é o papel desta Câmara Técnica, e também do grupo de  
1741trabalho, e também da própria plenária do Conama, quer dizer, na medida em  
1742que avançamos para tentar obter consenso, porque isso é um fórum de  
1743discussão e de negociação, e fundamentalmente de regulação, que é o termo  
1744que eu acho que cabe ser ressaltado aqui, quer dizer, nesse papel de  
1745regulação que nós estamos aqui num órgão de regulação, nós temos que ter  
1746muito claro isso, o objetivo é a gente avançar no sentido de um consenso. Na  
1747medida em que passa a reunião, volta reunião, eu posso estar enganado, até  
1748abro a palavra para vocês explanarem sobre isso, mas a sensação que eu  
1749estou tendo aqui é de certa cristalização. E a partir da cristalização, se ela é  
1750real ou não, eu abro para vocês colocarem, mas a partir da cristalização, não  
1751vejo muito como se avançar. Se vocês acham que não, que o meu diagnóstico  
1752está errado, quer dizer, que se não há uma cristalização eu aceito propostas de  
1753continuarmos tentando evoluir. Agora, se há um consenso nosso aqui de que  
1754nós estamos cristalizados, nós vamos ter que tentar encaminhar para decidir,  
1755mesmo havendo discordância, nós buscamos o consenso, mas não havendo  
1756teremos que avançar. Eu só gostaria que todos se manifestassem a partir  
1757dessas.

1758

1759

1760**O SR. CARLOS BOCUHY (Proam)** - Só colocar para a Câmara Técnica que  
1761ao contrário do que o Márcio acredita, pelo papel dele é de consensuar, ele  
1762está no papel de coordenador por isso mesmo eu não aceitei essa posição, é

1763um papel difícil nesse caso, porque do ponto de vista conceitual técnico-  
1764científico há barreiras insuperáveis do nosso ponto de vista. Então, o exercício,  
1765Márcio, do contraponto, do contraditório, ela enriquece a discussão, não é que  
1766isso atrapalha um resultado que estaria encomendado enfim, tem um prazo, eu  
1767acho que a questão aqui é uma questão científica e técnica. Então, essas  
1768questões têm que ser discutidas a fundo, porque o que nós estamos discutindo  
1769aqui não é nada menos do que colocar determinada quantidade de poluentes  
1770no solo brasileiro em todo o solo brasileiro, uma permissão para isso. Se for  
1771mal feita, é uma permissão para poluir, permissão legal para poluir. Então,  
1772quanto mais a gente aprofundar as dúvidas eu acho que vai mais nos  
1773aproximar de uma solução que seja razoável para todos os setores que aqui  
1774estão. Eu gostaria de colocar essa posição não no sentido de uma  
1775cristalização, mas de um amadurecimento na discussão de um tema que é  
1776realmente polêmico.

1777

1778

1779**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**  
1780**Paulo)** – Só para ajudar e também na linha do que o Bocuhy falou, eu estou aí  
1781desde 2008, o que eu diria que está acontecendo é o contrário, isso começou  
1782com cristais emissíveis e hoje o que eu vejo são esses cristais se dissolvendo  
1783um pouco para chegar a um ponto comum. Eu só não consegui enxergar se a  
1784gente consegue chegar nesse plano porque precisaríamos de mais tempo,  
1785como tudo que fazemos na vida precisa de mais tempo.

1786

1787

1788**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Bom, a próxima  
1789passagem será para encaminhamentos, essa ainda não o é, essa é para  
1790diagnosticarmos o ponto que nós estamos.

1791

1792

1793**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Eu sou de opinião que nós  
1794devemos continuar debatendo tema, mesmo sabendo que alguns setores  
1795representaram a sociedade civil têm um ponto de vista deles e já entendo  
1796perfeitamente o ponto de vista deles, mas eu acho que devemos continuar  
1797discutido como vários temas que passaram pelas câmaras técnicas ao longo  
1798dos anos, assim alguns de um consenso e outros não se conseguem consenso  
1799mesmo, eu acho que é natural.

1800

1801

1802**O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Eu também sou a favor de continuar  
1803discutindo a norma apesar de que já são oito anos, não podemos perder esses  
18048 anos, deixar largado lá, acho que já avançamos muito, temos que dar  
1805continuidade, é isso aí.

1806

1807

1808**A SR<sup>a</sup>. CELMA ALVES DOS ANJOS (Anamma Centro-Oeste)** – Eu entendo  
1809o seguinte, que precisa ser disciplinado sim, porque há muito tempo já vem  
1810sendo dispostos nos solos brasileiros um material que não se tem nenhum  
1811parâmetro nenhum rumo, eu entendo que a nossa região, a região Centro-  
1812Oeste, ela está sendo alterada em função dessas irregularidades, que já é um

1813solo diversificado do resto do país, é um solo bastante ácido. E com tudo isso,  
1814com todas as suas características e o processo industrial na região crescendo  
1815cada vez mais e os órgãos ambientais, os nossos estados, eles não têm esse  
1816parâmetro, e vem ao longo do tempo crescendo esse índice de contaminação,  
1817eu acho que essa disciplina veio a calhar e devemos então continuar  
1818nessas discussões.

1819

1820

1821**O SR. ALDO CARVALO SILVA (Governo do Estado da Bahia)** – Eu imagino  
1822que todos devem saber que a Bahia tem três biomas, então imagine a  
1823complexidade que é também para a discussão de um assunto dessa natureza  
1824no âmbito estadual. Eu sou a favor da continuidade da discussão, embora eu  
1825acredite que por mais que discutamos jamais chegaremos a algo que seja, o  
1826secretário do meio ambiente do estado da Bahia diz que quando desagrada a  
1827todo mundo é porque está tudo bem. Então, assim, eu acredito que se saímos  
1828daqui com algo que seja caracterizado por alguns como flexível demais, os  
1829estados hoje pelo menos eu vejo essa discussão internamente no estado da  
1830Bahia para vários temas dentro da área, o rigor dentro dos estados tem sido  
1831um elevado nos últimos tempos as discussões têm sido no sentido inclusive de  
1832ser mais rigorosos nos estados do que as próprias resoluções. Inclusive hoje já  
1833se trava um debate interessante na Bahia para os encaminhamentos à luz do  
1834novo Código Florestal, por exemplo, para mais rigor, porque isso é possível.  
1835Então eu acho que o debate é importante, é interessante para a sociedade, e  
1836daqui, como o nosso coordenador já disse há oito anos de discussões, e não  
1837podemos perder a oportunidade de sair daqui com um documento livre de  
1838discussões. E como a doutora falou, a democracia nos imputa esse tipo de  
1839discussão e às vezes até cansa. Mas eu acho que os estados vão ter a  
1840oportunidade de refletir sobre isso e traduzir essa interpretação em algo que  
1841seja para o estado importante. Então, uma discussão saindo daqui não vai  
1842atender todos os biomas, até porque a forma como o comportamento do solo  
1843por bioma também tem suas características, não é isso? Então eu acho que  
1844esse é o caminho e vamos sair daqui com certeza com uma informação  
1845importante para os estados discutindo no seu âmbito interno.

1846

1847

1848**A SR<sup>a</sup>. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (Governo do Estado de Minas**  
1849**Gerai)s** – Eu acho, presidente, nós chegamos foi no ponto de saturação, não  
1850existirão mais argumentos técnicos, nem pró-modelo, nem contra o modelo  
1851proposto que farão as pessoas mudarem suas posições nesta Câmara, mas  
1852diante da importância que essa questão tem, e também das manifestações  
1853daqueles que me antecederam, também concordo que devemos prosseguir,  
1854temos que prosseguir.

1855

1856

1857**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (Furpa)** – Bom, quanto mais nós  
1858discutimos mais incertezas nós vamos detectar. Então, eu acho que nós  
1859estamos seguros ainda para estabelecermos logo, devemos aprofundar eu  
1860acho que quanto mais vai melhorando, vai amadurecendo, mas há muitas  
1861incertezas, não podemos usar esse modelo aplicado para o resto do país,  
1862porque, como foi citado, tem a questão, não só agrícola, mas o solo

1863diversificado, principalmente, na região do semiárido nordestino e no Centro-  
1864Oeste, mas temos também a questão do lençol freático dos aquíferos que nós  
1865temos que também avaliar os impactos e as consequências que teremos.  
1866Então, temos que continuar discutindo, não temos ainda segurança e nem  
1867certeza de que estamos ainda amadurecidos e consolidadas das propostas.

1868

1869

1870**O SR. SÉRGIO LUIZ MACEDO (Governo do Estado do Rio Grande do**  
1871**Norte)** – Nós somos de opinião que devemos também continuar a discussão.

1872

1873

1874**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Bem, então  
1875agora uma vez que todos nós concluímos que precisamos continuar discutindo,  
1876a minha posição já tinha manifestado, é similar à da doutora Zuleika, eu então  
1877passaria para uma rodada encaminhamento. São agora 1h50, como  
1878combinado, nós vamos encerrar 1h da tarde eu gostaria que deixássemos  
1879alinhavados em que ponto retomariamos os trabalhos amanhã, com que  
1880encaminhamento em relação a essa discussão que nós tivemos hoje durante  
1881toda a manhã que foi a questão da modelagem. Como é que nós evoluímos  
1882nisso, nós vamos continuar a discussão de que forma? Alfredo

1883

1884

1885**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**  
1886**Paulo)** – Antes disso, eu queria só um esclarecimento, às vezes eu costumo  
1887usar algumas figuras para desanuviar, nós estamos fazendo um curso de  
1888gerenciamento e em uma das aulas de discussão em grupo nós assistimos  
1889inteiro aquele filme Doze Homens e uma Sentença, eu não sei se vocês  
1890assistiram onde é um jurado que tem que decidir com unanimidade, se não,  
1891não resolve, nem que eles tenham que ficar meses discutindo se o cara deve  
1892ser condenado ou não. Começa uma primeira votação de nove para condenar  
1893e um para absolver. Esse um é interpretado pelo Henry Fonda no filme e como  
1894argumentação ao longo de um período relativamente curto ele convenceu a  
1895todos que o jurado é inocente. Eu não tenho nem a fleuma e nem a  
1896tranquilidade, nenhum charme do Henry Fonda e minha dúvida é a seguinte:  
1897nós vamos precisar aqui desse consenso absoluto como lá era lá no Tribunal  
1898por que eu acho que eu mostrei bem a situação.

1899

1900

1901**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Mostrou bem,  
1902Alfredo, como sempre. Pois essa foi a questão que eu de certa forma quis  
1903colocar, quer dizer, se nós temos ainda espaço para o Henry Fonda, ou quem  
1904quer que exerça esse papel, venha a mudar significativamente a posição, em  
1905outras palavras e eu tinha perguntado assim: olha, está todo mundo já com  
1906posição firmada em relação a isso? A resposta que veio foi não, se foi não tem  
1907espaço para o Henry Fonda. A questão é: como é que nós encaminhamos a  
1908continuidade da discussão, como é que novas sistemáticas nós vamos adotar,  
1909não havendo aqui alguém capaz de carismaticamente conduzir as nossas  
1910opiniões, quem sabe surge, mas como é que nós vamos encaminhar as  
1911discussões no sentido da busca do consenso eu acho que o consenso é  
1912sempre desejável, nós devemos buscá-lo, temos todos os motivos para isso.

1913 Mas têm essas questões que nós estamos eu acho que é importante verificar  
1914 isso, quer dizer, ter essa sensação: é possível? Se é possível vamos buscar.  
1915 Dúvida é: se é possível.

1916

1917

1918 **O SR. CARLOS BOCUHY (Proam)** - Bom, só colocando uma provocação para  
1919 o representante da Cetesb que o Henry Fonda não está mais aí, mas deixou o  
1920 Peter e o principal legado do Peter é o "Sem destino". Eu acho que cabe a você  
1921 nos convencer dessa questão do modelo, porque se nós não acreditarmos no  
1922 artigo sétimo ele compromete toda resolução porque o modelo vai implicar em  
1923 gestão. Então, Rocca, você está com essa missão, espero que não a do Peter  
1924 Fonda, mas de convencer esta Câmara Técnica que esse modelo é viável,  
1925 porque senão nós somos ter que discutir todo procedimento relacionado à  
1926 gestão, senão vamos ficar em uma situação bastante difícil do ponto de vista  
1927 de encaminhamento. E encaminhamento assim para mim, para o segmento  
1928 que eu represento, sem nenhum prejuízo à da construção brilhante do Márcio,  
1929 encaminhamento é realmente chegar ao final do esclarecimento das dúvidas  
1930 para que possamos com dissenso ou consenso sairmos saímos daqui com um  
1931 sentimento de dever cumprido. E queria só colocar sobre os 8 anos de  
1932 discussão da resolução. A primeira proposta era muito ruim para sociedade,  
1933 era terrível, eu posso dizer apesar de ser contra a esse processo que está se  
1934 discutindo agora por conta da subjetividade, eu admito que a proposta  
1935 melhorou muito. Então, eu acho que é importante admitimos que estamos  
1936 avançando sim.

1937

1938

1939 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**  
1940 **Paulo)** – Então, só para finalizar, o Henry Fonda vai fazer a atuação final. Na  
1941 verdade, olha, o que procuramos mostrar primeiro, buscamos um modelo que  
1942 representasse a realidade, qual é a realidade? Como que é feita.

1943

1944

1945 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Eu vou pedir o  
1946 seguinte: eu acho que não é o momento agora, porque são 12h55 e se o ponto  
1947 é esse, se há concordância, eu entendi uma proposta de encaminhamento, a  
1948 proposta de encaminhamento do doutor Bocuhy é: vamos continuar discutindo  
1949 modelo, Alfredo você é encarregado de nos convencer. Só não precisamos  
1950 começar agora, porque nós só temos cinco minutos para uma e eu preciso  
1951 realmente me ausentar. Então eu só consulto assim que se é por aí não tem  
1952 problema, amanhã retomamos dando a palavra para o Alfredo fazer nova  
1953 defesa do modelo, é isso? Se há consenso nessa proposta, tranquilo. O colega  
1954 da agricultura tinha pedido a palavra e também deixo a palavra em aberto se  
1955 alguém mais quer fazer alguma manifestação, mas eu entendo que vamos  
1956 retomar amanhã com uma nova discussão do modelo. Eu até eu vou tentar  
1957 chegar 8, mas assim que não se tivermos o *quórum*, começaremos, entre oito e  
1958 oito e meia se estamos combinados assim, tentaremos chegar o mais cedo  
1959 possível, formado o quórum começaremos, naturalmente com alguma  
1960 racionalidade, porque não é só um *quórum* quantitativo, é importante que tenha  
1961 representação.

1962



1963

1964 **O SR. HIDERALDO (MAPA)** - Eu só queria fazer uma observação até para  
1965 ajudar, porque eu vi várias manifestações dos conselheiros, a Zuleika  
1966 representante do órgão estadual em Minas, é o seguinte: ficou mais ou menos,  
1967 ficou parecendo pela manifestação de alguns, que hoje está usando  
1968 inadequadamente e em grande quantidade de uma maneira descontrolada  
1969 esses resíduos. E eu queria chamar a atenção que não é bem isso, a  
1970 insegurança é quando os órgãos ambientais e quando nós do Ministério da  
1971 Agricultura recebemos um pedido das empresas para utilizar e nós não temos  
1972 segurança para decidir. Mas não quer dizer que o pessoal está usando  
1973 indiscriminadamente, está tendo insegurança para decidirmos sobre a  
1974 autorização ou não. Agora, a utilização, eu posso assegurar para todos vocês  
1975 que ela diminuiu muito e é uma pena que hoje não está aqui o representante  
1976 de uma empresa que há oito anos quando começou a ser discutido o assunto  
1977 pó de aciaria era muito comum ser utilizado nos fertilizantes com  
1978 micronutrientes. Hoje eu posso afirmar para vocês que é praticamente zero,  
1979 não se usa mais até porque a legislação evoluiu e que também  
1980 economicamente tem outra utilização, uma das empresas grandes desse setor  
1981 hoje construiu lá em Juiz de Fora uma unidade que vai processar esses pós de  
1982 aciaria de maneira diferente. Então, nesses oito anos não só a discussão aqui  
1983 evoluiu, como as práticas tecnológicas, a utilização e a legislação na área de  
1984 fertilizante, ela introduziu não via IN 27 eu já falei algumas vezes isso, mas via  
1985 exigência de uma qualidade maior do fertilizante que impede que esses  
1986 resíduos sejam utilizados. Então, nós colocamos lá a exigência de um segundo  
1987 extrator que esse segundo extrator quando a empresa usa alguma coisa  
1988 desses resíduos, o fertilizante não passa nesse critério. Então, nesses últimos  
1989 oito anos diminuiu tremendamente a utilização desses resíduos. Então, só para  
1990 desfazer essa impressão de que do jeito que está hoje está descoberto, não, o  
1991 que está descoberto é a nossa capacidade de decidir, que a resolução  
1992 melhoraria, sobre maneira, e muitos desses resíduos, aliás, estão aí descritos  
1993 na resolução estão bem determinados quais são que entendemos que são os  
1994 elegíveis que seriam possíveis de serem utilizados, hoje eles estão sendo  
1995 desperdiçados. Então, é isso que gostaríamos de ressaltar para não perder  
1996 aqui o foco pensando que a discussão não está levando a nada. Muito  
1997 obrigado.

1998

1999

2000 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**  
2001 **Paulo)** – Só uma questão de ordem, mas quem coordena a tarde de hoje?

2002

2003

2004 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – O Bocuhy.

2005

2006

2007 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**  
2008 **Paulo)** – Não estou questionando.

2009

2010

2011 **O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Não, mas vamos  
2012 só repetir o que nós combinamos, o doutor Bocuhy se colocou pouco à vontade

2013de continuar coordenando sobre esse tema especificamente. Então, nós vamos  
2014interromper esse tema hoje, vamos retomar o restante da pauta com os  
2015informes e as outras resoluções, e aí eu pediria também que o pessoal do  
2016Ministério, aliás, Adriano, se pudesse também verificar se a Sérgia poderá  
2017estar presente para o Ministério do Meio Ambiente não perder assento. A  
2018minha suplente aqui para representar a área ambiental federal. Então, nesse  
2019sentido, a ideia é avançarmos na pauta durante a tarde e aí amanhã  
2020retomaríamos a partir da nova discussão da modelagem. Eu só pergunto o  
2021horário de retorno porque eu não vou estar aqui, então a decisão é de vocês. É  
20221h agora, então, 14h30, eu acho que é razoável.

2023

2024

2025(*Intervalo para o almoço*)

2026

2027

2028**O SR. CARLOS BOCUHY (Proam)** - Pessoal, boa tarde. Cumpe a mim essa  
2029parte da tarde agora, já que eu não estou eticamente impedido. Que bom.  
2030Sinto-me mais confortável assim, mas... O primeiro ponto de pauta a tratar é a  
2031proposta da Resolução que altera o artigo 2º da Resolução Conama 426. Essa  
2032nós precisamos do relator do Dr. Rudolf e ele não chegou ainda. Então, nós  
2033teríamos aguardar uns dois ou três minutinhos até a chegada dele para que ele  
2034possa fazer o relato. Todos os outros pontos de pauta dependem do relato de  
2035pessoas do Ministério como a Drª. Zilda, que é o processo, ponto 3.3 da Ordem  
2036do Dia, o 4.1 também depende do relato da Drª. Zilda, o 4.2 também dela, o 4.3  
2037depende do Rudolf que está acompanhando e tem o 4.4 que eu sugiro que  
2038fique por conta amanhã para o Márcio porque o interessado é o próprio Ibama  
2039e o Márcio pode fazer essa apresentação. Fazemos assim então? Acho que  
2040nós não temos muitas alternativas em função dos relatores. Então vamos  
2041aguardar mais um pouquinho. Obrigado. Então, continuando, nós temos aqui já  
2042a presença do doutor Rudolf. E o processo a seguir é a Proposta de Resolução  
2043que altera o art. 2º da Resolução Conama 426, de 14 de dezembro de 2010, o  
2044interessado é governo de Santa Catarina, o representante não se encontra aqui  
2045e a pessoa que tem maiores conhecimentos sobre essa questão é o doutor  
2046Rudolf e talvez até pudesse sugerir o encaminhamento com relação a isso.

2047

2048

20490 **SR. RUDOLF NORONHA (MMA)** – Primeiro, pedir desculpas aos senhores  
2050por não ter estado aqui antes, hoje nós tínhamos a reunião da CAP, que é  
2051Comissão de Acompanhamento do Proconve, e a CAP é um grupo assessor do  
2052Conama, portanto, sempre tentamos evitar que haja coincidências das datas,  
2053mas a CAP tem um calendário anual que é estabelecido no ano precedente,  
2054então essa nossa reunião da CAP já estava marcada há muito tempo porque  
2055alguns, por exemplo, a Cetesb tem vaga aqui na Câmara Técnica e na CAP, a  
2056CNI tem lá e aqui, então, tentamos não fazer no mesmo dia para evitar essas  
2057coincidências por isso que não estive aqui de manhã também. Bom, não tem  
2058ninguém mesmo aqui representando o governo do estado de Santa Catarina?  
2059Eu vou fazer para vocês um breve relato do que houve em relação a esse tema  
2060e depois a nossa posição técnica e as nossas apreensões políticas. Vocês aqui  
2061aprovaram em 2009, a Resolução nº 418 que foi uma resolução que tinha 3  
2062objetivos: o primeiro em termos de planejamento dos governos estaduais para  
2063o controle da poluição veicular, que se materializava na elaboração do PCPV –  
2064Plano de Controle de Poluição Veicular, em segundo, em regras para os  
2065programas de inspeção e manutenção, os estados em que em seu  
2066planejamento decidissem que era necessário um programa de inspeção e  
2067manutenção veicular deveriam fazê-lo, mas o estado é que decidiria e em  
2068terceiro lugar a resolução trazia os propriamente ditos limites de emissão  
2069máximos que os veículos em uso, então essa era a 418. O que ela dizia? Em  
2070termos de planejamento os estados têm um ano para elaboração do PCPV e  
2071depois em termos de execução mais um ano e meio para implementação do  
2072programa de inspeção. É muito importante isso na compreensão da resolução  
2073a diferença entre o plano e o programa. O plano é o PCPV, que é obrigatório  
2074para os 26 estados e o Distrito Federal. E por força de lei, o município de São  
2075Paulo se equivalem aos estados porque os municípios com mais de 3 milhões  
2076de veículos podem ter seus programas próprios de IM, ou seja, temos um  
2077universo de 28 agentes receptores da 418, 26 estados, o Distrito Federal e o  
2078município de São Paulo. Um ano de planejamento mais um ano e meio para  
2079implementação. O que aconteceu? Por uma dessas coincidências, quando deu  
2080um ano, foi num dia de plenária do Conama e a Abema solicitou uma alteração  
2081dos prazos porque os estados não haviam feito ainda todos os seus PCPVs, o  
2082PCPV deveria ter um inventário de emissões de fonte veiculares que era algo  
2083de maior complexidade, então, o plenário do Conama num grande acordo com  
2084o Ministério Público, e todos os 5 segmentos do Conama votou por essa  
2085modificação da 418. Nós tínhamos um ano de planejamento, mais um ano e  
2086meio de execução. O que houve nessa mudança? Manteve-se esse ciclo  
2087completo de 2 anos e meio, mas se alterou o prazo de planejamento, então,  
2088essa primeira alteração que veio deu um ano e meio para o planejamento e  
2089mais um ano para execução, no total se manteve o prazo, e esse prazo final  
2090era 25 de abril deste ano. Certo? Pois bem, a 418 dizia o quê? O PCPV deveria  
2091ser elaborado pelos órgãos ambientais e enviado, sabiamente, para o conselho  
2092estadual. É o conselho estadual que tem capacidade crítica de analisar as  
2093peculiaridades locais, isso preserva as autonomias dos entes federados e  
2094assim foi voto e assim aprovado, ou seja, não há nenhum mecanismo de  
2095prestação de contas ao próprio Conama ou ao Ministério do Meio Ambiente.  
2096Então, oficialmente, nós não tínhamos um quadro do que havia acontecido ao  
2097longo dos últimos anos. Nós decidimos então fazer um levantamento completo  
2098nessas 28 entidades para ter então essa informação, e assim fizemos,

2099mandamos ofício a todos os estados, alguns responderam, outros não, mas  
2100nós conseguimos, muitos já tinham mandado para nós espontaneamente, seus  
2101PCPVs, tínhamos diversos aqui arquivados, alguns conseguimos na internet,  
2102outros no Detran, a Lucia Garcia que está aqui conosco, da nossa equipe  
2103técnica fez, pessoalmente, esse esforço e nós chegamos à seguinte conclusão  
2104ao final desse período que em termos de planejamento a 418 foi extremamente  
2105exitosa, nós desses 28 temos e mãos 25 PCPVs, estamos fazendo uma  
2106análise qualitativa agora desses PCPVs, o que consta ali dentro, a princípio eu  
2107posso afirmar que em nenhum estado descartou completamente a necessidade  
2108de algum problema de inspeção, em diferentes níveis de imediato outros em  
2109níveis gradativos, começando pela capital ou começando por veículos diesel ou  
2110veículos de uso intenso urbanos ou veículos pesados, cada um tomou seu  
2111caminho. Em termos de planejamento ficamos muito satisfeitos. Em termos de  
2112implementação foi o inverso. Nenhum estado começou um programa de  
2113inspeção veicular em decorrência desses PCPVs que foram feitos. Nenhum.  
2114Nós já temos no Brasil desde os anos 90 um programa do Rio de Janeiro e nós  
2115há uns 4 ou 5 anos um programa do município de São Paulo. São esses dois  
2116que temos, felizmente, são nas duas metrópoles do país, mas eram programas  
2117anteriores à 418. Em decorrência dela, nenhum programa foi iniciado, ou seja,  
2118nós temos uma fase de planejamento que foi exitosa e uma fase de execução  
2119que não se realizou. Nós temos conversado com muitos estados o que há, em  
2120geral, é uma equipe técnica que trabalhou nisso um pouco frustrada porque  
2121foram feitos estudos e planejamentos e quando chega num nível decisória a  
2122coisa para. As complicações são muitas. Têm questões de licitações, é caro  
2123você tem máquinas, você tem gente, é necessário que se tenha áreas  
2124disponíveis no centro das grandes metrópoles que são espaços caríssimos,  
2125então, não é fácil. Em geral, o ressarcimento ao governo se dá via uma taxa  
2126que é um tributo que só pode ser criado por lei, então, você tem que envolver  
2127uma Assembleia Legislativa, um processo de estruturação do programa, não é  
2128fácil, mas tínhamos convicção no início de que dois anos e meio era o prazo  
2129necessário. Houve um ano depois um pacto em plenário de mudança desses  
2130prazos e isso foi feito. Bom, então, esse é o quadro. E o Conama recepciona  
2131então uma proposta do governo de Santa Catarina, se não me falha a  
2132memória, alterando o prazo para execução dos programas em um ano, acho a  
2133partir de 25 de abril, então, dá exatamente mais um ano. Esses são os fatos. O  
2134que nós entendemos? O objetivo do Ministério do Meio Ambiente é muito claro,  
2135queremos que haja a implantação dos programas de inspeção e manutenção  
2136veicular onde são necessários, onde os estados disseram que era necessário.  
2137Não foi o Governo Federal, não foi o Conama, não foi o Ministério do Meio  
2138Ambiente que tomou essa decisão, forma os próprios estados que definiram as  
2139áreas que deveria haver. E nós queremos que isso haja da forma mais  
2140adequada tecnicamente, com os melhores impactos ambientais e entendemos  
2141para que isso ocorra, a melhor estratégia seria não aceitar a prorrogação do  
2142prazo. Eu acho que se as autoridades estaduais se verem nessa situação de  
2143não cumprimento da norma federal seria um incentivo político maior para que  
2144esses programas se realizem do que nós formos fazer mais um prazo. Mas aí  
2145eu acho que já entra um pouco na decisão política do conselho, dos senhores  
2146ponderarem o que seria, o objetivo de todos é o mesmo, que os programas se  
2147estruturem, então, qual é a melhor estratégia? É fazer uma nova resolução com  
2148mais um ano, nós não estamos falando apenas de mais um ano para uma

2149resolução de 3 anos, de 2009, estamos falando de regras que vêm dos anos  
215090, estamos falando de 20 anos de descumprimento de normas federais  
2151aprovadas pelo Conama. Então, vamos dar mais um ano para depois mais um,  
2152mais um. Aí já é com vocês.

2153

2154

2155**O SR. CARLOS BOCUHY (Proam)** - Bom, o assunto está colocado. Está  
2156aberto para inscrições, alguém tem alguma observação?

2157

2158

2159**A SR<sup>a</sup>. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (Governo do Estado de Minas**  
2160**Gerais)** – Bem, o caso de Minas Gerais está dentro do contexto que foi  
2161relatado pelo doutor Rudolf, nós percebemos que foi feito dentro do prazo  
2162estabelecido pela resolução, ele foi publicado no dia 26 de novembro de 2010 e  
2163apresentado ao Conselho Estadual em dezembro de 2010, desde então, nós  
2164aguardamos um sinal verde para executarmos a inspeção e até hoje esse sinal  
2165verde não abriu, por questões políticas do estado. Então, eu gostaria de fazer  
2166uma pergunta: o prazo estabelecido para que a inspeção tivesse implantada  
2167venceu já em abril deste ano, então todos os estados, com exceção das  
2168cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, descumpriram esse prazo, qual é a,  
2169digamos assim, a penalidade para os estados que descumpriram essa  
2170resolução? Existe alguma previsão?

2171

2172

2173**O SR. RUDOLF NORONHA (MMA)** – Não só nesse tema, mas acho que em  
2174todos, o Conama não estabelece punição para o descumprimento de suas  
2175normas. O que acontece é a ação do Ministério Público acionar as autoridades  
2176competentes pelo descumprimento da norma federal. O Ministério Público,  
2177embora não participe aqui deste fórum, eles estão aqui hoje, o Ministério  
2178Público tem um acompanhamento muito próximo desses assuntos todos, tanto  
2179que quando eu falei que quando houve aquela primeira alteração, a  
2180representante do Ministério Público em plenário, ela já estava fazendo uma  
2181lista, eu até disse que não precisava nem de lista porque ninguém fez, não,  
2182estou enganado, no planejamento alguns estados já tinham feito um PCPV na  
2183data certa, estou confundindo agora com a implantação do IM, mas, naquela  
2184oportunidade, o Ministério Público já queria saber quem fez e quem não fez  
2185para já começar o seu trabalho, ou seja, é um descumprimento de normas  
2186federais, com as sanções decorrentes.

2187

2188

2189**A SR<sup>a</sup>. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (Governo do Estado de Minas**  
2190**Gerais)** – Sim, eu fiz essa pergunta justamente para colocar a seguinte  
2191situação: a proposta de Santa Catarina é prorrogar por mais um ano a partir da  
2192data do vencimento do prazo, ou seja, até abril do ano que vem; esse prazo  
2193não é factível porque agora, do presente, até abril não há tempo hábil, nem que  
2194o estado tivesse condições de dar andamento à contratação, à licitação  
2195prevista, acredito na maioria dos estados para efetivação da inspeção veicular.  
2196Então, adotando uma lógica um pouco inversa a que o doutor Rudolf coloca, eu  
2197como representante do órgão estadual de Minas Gerais, eu acredito que uma  
2198prorrogação é um argumento talvez mais forte para levar ao cenário político de

2199cada um dos estados, a prorrogação de aprovação de prazos, é sim um fato  
2200novo que pode ser levado aos gestores públicos de cada estado na última  
2201tentativa de se a autorização para dar andamento à implantação à inspeção  
2202veicular. Então, eu acredito que seria uma saída para tentar motivar novamente  
2203os estados a buscarem a efetivação da inspeção.

2204

2205

2206**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**  
2207**Paulo)** – Só questionando os que estão inadimplentes agora, sem prorrogação  
2208de prazo como fica? Porque só penalizar não resolve o problema de ter o  
2209plano. Não sei como ficaria.

2210

2211

2212**O SR. RUDOLF NORONHA (MMA)** – Eu também não. O fato é: os estados  
2213estão descumprindo uma norma, nós queremos que cumpra, o que é mais  
2214eficaz? Acho que essa é a questão política do debate.

2215

2216

2217**O SR. CARLOS BOCUHY (Proam)** - Eu acho que essa questão pode ser  
2218encaminhada, por um lado não é atribuição de o Conama fazer norma para  
2219depois pedir prorrogação de prazo, fragilizamos todo o papel do Conselho  
2220Nacional, nós tivemos uma situação muito parecida, uma questão do S50 do  
2221diesel, São Paulo passa por problemas enormes, correu atrás da inspeção  
2222veicular, outros estados estão fazendo isso, de modo que eu como  
2223representante da sociedade civil e não como presidente da Comissão agora, eu  
2224proponho que sigamos o parecer do Ministério do Meio Ambiente no sentido de  
2225negar o pedido de prorrogação? Mais alguém tem outra proposta ou concorda?  
2226Bom, encaminhando dessa forma, colocamos em votação? Ok. Quem é  
2227favorável a acolher o parecer do ministério no sentido de negar a prorrogação  
2228de prazo? Para efeito de gravação seria interessante que fosse feita a votação  
2229nominal então, apesar de estar sendo gravado em vídeo.

2230

2231

2232**A SR<sup>a</sup>. ZULEIKA S. CHIACHIO TORQUETTI (Governo do Estado de Minas**  
2233**Gerais)** – Senhor presidente, eu vou me abster desta votação porque me julgo  
2234impedida de fazê-lo, já que sou parte interessada na questão.

2235

2236

2237**O SR. CARLOS BOCUHY (Proam)** - Bahia? Furpa?

2238

2239

2240**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (Furpa)** – Eu sou favorável ao  
2241parecer, contra a prorrogação de prazo.

2242

2243

2244**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**  
2245**Paulo)** – Bom, eu vou me abster de votar.

2246

2247

2248**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Abstenção.

2249

2250

2251 **O SR. EVANDRO COSTA (CNC)** – Contra a prorrogação.

2252

2253

2254 **A SRª. CELMA ALVES DOS ANJOS (Anamma Centro-Oeste)** – Eu sou

2255 contra a prorrogação.

2256

2257

2258 **O SR. CARLOS BOCUHY (Proam)** - Eu também sou contra a prorrogação.

2259 Então, temos 4 votos contrários e 3 abstenções. Bom, passamos então ao

2260 doutor Rudolf, obrigado, mas vamos precisar da sua presença no próximo

2261 ponto de pauta. Se concordam, vamos para o Informe agora que exige a

2262 presença do doutor Rudolf também que é o item 4.3 da pauta que trata da

2263 criação de GT para revisar a Resolução Conama 3/1990 que dispõe sobre

2264 padrões de qualidade do ar, previsto no Pronar.

2265

2266

2267 **O SR. RUDOLF NORONHA (MMA)** – O informe é bastante otimista, quer dizer,

2268 o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Saúde têm se debruçado sobre

2269 uma minuta e a ideia é que esses 2 Ministérios que são membros, quando falo

2270 Ministério do Meio Ambiente com o sistema, o Ibama, o Ministério do Meio

2271 Ambiente e o Ministério da Saúde têm debatido arduamente o que seria uma

2272 proposta nossa, amanhã pretendemos botar um final nessa proposta, a

2273 Exposição de Motivos também já está quase pronta e nós vamos encaminhar

2274 ao ministro Padilha e à ministra Teixeira a minuta para que eles aprovem e que

2275 seja encaminhada à Câmara Técnica, vocês já têm calendário para próximas

2276 reuniões? Ainda não têm, mas eu espero, geralmente é a cada 2 meses? Não,

2277 porque tem um momento que se perde o controle disso, porque mandar um

2278 documento para o gabinete de dois ministros, não posso afirmar nada com

2279 relação a esse prazo, mas das áreas técnicas é uma proposta feita já para que

2280 vocês possam debater naturalmente.

2281

2282

2283 **O SR. CARLOS BOCUHY (Proam)** - Muito bem. Eu queria agradecer a

2284 contribuição do doutor Rudolf especialmente porque o Proam é o autor da

2285 solicitação para revisão dos padrões de qualidade do ar de acordo com os

2286 valores indicadores da Organização Mundial de Saúde. Para nós realizar esse

2287 pedido no Conama foi plenamente justificável mesmo porque eu respiro o ar de

2288 São Paulo. Então, nós somos a prova viva de que há necessidade de revisão e

2289 sabemos que se não sinalizamos para a sociedade os valores indicadores

2290 quando você vai trabalhar políticas públicas, ou mesmo a sinalização, em São

2291 Paulo o que se trabalha de qualidade do ar, de qualidade do ar boa ou ruim etc.

2292 pela própria Cetesb, isso precisa ser informado devidamente porque senão as

2293 pessoas estão baixando no hospital por conta de efeitos de poluição e a notícia

2294 formal é de que a qualidade do ar está boa. Como em alguns padrões há uma

2295 defasagem muito grande, há uma defasagem de praticamente 20 anos de

2296 pesquisas na área de saúde para comprovar os efeitos adversos da poluição

2297 atmosférica, nada mais oportuno do que revisarmos rapidamente isso, acho

2298 que seria realmente muito bom que este grupo fosse formado rapidamente

2299para trabalhar essa questão. Eu acho que tem aqui a Camila do IEMA, a Camila  
2300você quer dar um informe sobre isso? É interessante o trabalho que vocês  
2301estão fazendo no sentido de buscar subsídio para essa resolução, não só do  
2302ponto de vista dos valores indicadores internacionais, mas também de boas  
2303práticas.

2304

2305

2306**A SR<sup>a</sup>. CAMILA (Instituto de Energia e Meio Ambiente)** – Boa tarde a todos.

2307O instituto é uma organização não governamental que atua exatamente na  
2308área de poluição atmosférica, obviamente, com foco em veículos, e,  
2309recentemente, fizemos um levantamento, um estudo, chegamos até a distribuir  
2310a todos os membros do Conama, que é um estudo comparativo dos padrões de  
2311qualidade de ar do Brasil, da União Europeia, dos Estados Unidos e as  
2312recomendações da OMS. E nesse estudo, procuramos responder a três  
2313perguntas principais: a primeira é quais são os padrões adotados nos Estados  
2314Unidos, na União Europeia e no Brasil e quais as recomendações que a OMS  
2315faz em relação a esses padrões, exatamente para verificarmos o quanto  
2316estamos desatualizados e em que poluentes estamos desatualizados,  
2317conforme a OMS. Um segundo ponto que levantamos é: nesses países e na  
2318OMS, como eu, é o processo de adoção de padrões e de revisão de padrões?  
2319Quais são as instituições que participam desse processo? E aí ficou muito claro  
2320o papel do setor de saúde na avaliação dos padrões de qualidade do ar, até  
2321mesmo porque é uma referência em relação ao risco que se tem para a saúde  
2322humana. E um terceiro ponto que levantamos foi qual é o papel que os padrões  
2323de qualidade do ar têm, principalmente, na União Europeia e nos Estados  
2324Unidos, no que diz respeito ao sistema de gestão da qualidade do ar, ou seja,  
2325ele é usado como instrumento, como que ele relaciona com licenciamento, com  
2326ele se relaciona com as medidas de controle de emissão, e assim por diante. E  
2327a partir desses 3 paralelos que fizemos, procuramos, por meio desse  
2328documento, trazer algum subsídio para essa discussão que se inicia aqui no  
2329Conama. Então, foi nesse sentido. Quem tiver interesse, no nosso site tem o  
2330estudo: [www.energiaeambiente.org.br](http://www.energiaeambiente.org.br) e espero que seja útil nesse processo de  
2331discussão que se inicia.

2332

2333

2334**O SR. RUDOLF NORONHA (MMA)** – Que já foi útil, quer dizer, não é que vai  
2335ser útil, o trabalho do IEMA já foi útil tanto que convidamos a Camila um mês e  
2336meio atrás, uma dessas reuniões que fizemos com o Ministério da Saúde com  
2337o Ibama, a Camila veio ainda com o trabalho no prelo e nos apresentou e foi  
2338muito importante. Não quero muito entrar no assunto porque vamos passar um  
2339ano falando exaustivamente desse tema, minha equipe já toda aqui já sabendo  
2340que os próximos meses serão dedicados a isso. Mas, algo muito interessante  
2341deste trabalho, nós gostamos muito de ter informação desses países de ponta  
2342de tecnologia, impressão social e técnicas ambientais como os países  
2343europeus, o que vem da Califórnia, do Japão é sempre muito interessante, mas  
2344gostamos também de saber o que os outros países em estágio de  
2345desenvolvimento mais parecido com o nosso também fazem e encontramos  
2346também nesse trabalho referências do que tem acontecido, o que está  
2347acontecendo hoje no México, na China, na Índia, na Tailândia, na Argentina,  
2348enfim, então, você tem referências de diferentes universos de diferentes



2349 contextos socioambientais e isso é muito interessante para nós também. Fico  
2350 com vontade de começarmos o debate, mas vamos aguardar os próximos  
2351 passos que vamos ter tempo para falar do assunto,

2352

2353

2354 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Bom, esse tema também  
2355 nos interessa bastante por questões óbvias, ele amarra todo o sistema de  
2356 controle de emissões, e dando um entendimento do informe, aqui foi colocado  
2357 criação GT, eu acho que não seria exatamente agora que estaríamos criando  
2358 um GT, o Rudolf está nos passando informações de como está o estágio dessa  
2359 discussão dentro do governo, possivelmente, talvez na próxima reunião, você  
2360 possa trazer já uma proposta, essa proposta vai ser recepcionada pela  
2361 Câmara, uma vez analisada, poderemos deliberar ou não pela criação de um  
2362 GT, não é isso? Podendo fazer seminários, qualquer coisa do gênero porque o  
2363 tema realmente é complexo, de amplo espectro, de amplo alcance, mas aqui,  
2364 talvez a correção no informe não é para criar GT, mas, de fato, dizer o estágio  
2365 que está hoje a proposta de revisão da 03/90, é isso mesmo?

2366

2367

2368 **O SR. RUDOLF NORONHA (MMA)** – Aqui no histórico do Adriano, eu acho  
2369 que tecnicamente o seu requerimento foi para criar um GT, então, por isso que  
2370 fica na pauta de acordo com o requerimento original...

2371

2372

2373 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Mas, neste momento, nós  
2374 estamos apenas...

2375

2376

2377 **O SR. RUDOLF NORONHA (MMA)** – Porque o GT se cria a partir da entrada  
2378 da minuta, não é Adriano?

2379

2380

2381 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Ok, nós analisando o texto  
2382 com calma, debatendo, para ver a necessidade ou não da criação do grupo de  
2383 trabalho.

2384

2385

2386 **O SR. CARLOS BOCUHY (Proam)** - Doutor Wanderley, só esclarecendo, o  
2387 nosso pedido foi realmente de já no sentido de providenciar a revisão da  
2388 resolução, portanto, pedimos a criação do GT que é um procedimento normal.  
2389 E também contemplando a sua preocupação, recentemente, criamos o GT de  
2390 capacidade de suporte que no âmbito do GT foi feito um primeiro seminário  
2391 para nivelar informação. Acho que é um procedimento que está funcionando e  
2392 acho que poderíamos talvez atuar da mesma forma, se bem que não é o  
2393 momento ainda de entrarmos lá, no encaminhamento.

2394

2395

2396 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (Furpa)** – É de fato, conforme o  
2397 Regimento do Conama, tem que ter o GT para chegar à Câmara Técnica para  
2398 finalização. Agora, a proposta também soma, porque o seminário seria mesmo

2399para fazer o nivelamento, um seminário ou até, se possível mais de um, se for  
2400necessário em São Paulo ou em outro lugar, eu até recomenda que não seja  
2401feito aqui, porque São Paulo é onde temos um nível bem alto de informações e  
2402seria importante ter a participação da comunidade acadêmica lá nesse  
2403seminário porque aqui em Brasília não iríamos trazer tanta gente do setor que  
2404tem em São Paulo.

2405

2406

2407**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Não, a minha ponderação é  
2408só mesmo pela tema que está aqui, porque eu acho que o que se quer revisar  
2409a Resolução 03, o propósito é esse, é fazer a revisão da atualização dos dados  
2410de qualidade do ar. Se vamos criar um GT ou não, possivelmente eu acredito  
2411que vá se criar sim, mas a Câmara tem a liberdade de dizer que esse não é o  
2412caminho, vamos aqui na Câmara Técnica debater esse assunto, esse é um  
2413passo que estaríamos dando já na reunião onde esse tema estaria na pauta,  
2414quando ele entrar em pauta, com os documentos, justificativas, todo o trabalho  
2415técnico que o governo está fazendo, vamos ter acesso a isso e ter condições  
2416de fazer aqui um debate. É só uma observação para dizer que aqui agora não  
2417estamos aprovando a criação de GT.

2418

2419

2420**O SR. CARLOS BOCUHY (Proam)** - Bom, tem mais colocações sobre isso? É  
2421apenas um informe, podemos passar para o próximo? Então, vamos lá. Eu  
2422queria antes de passar para a discussão da Resolução sobre gerenciamento  
2423de resíduos irmos para os informes, se concordam, são apenas 2 e seriam  
2424prestados pela doutora Zilda que já está aqui. O primeiro deles, o processo que  
2425trata da Proposta de Resolução Conama que dispõe sobre gestão  
2426ambientalmente adequada e eliminação controlada de Bifenilas Policloradas  
2427(PCBs) e dos seus resíduos.

2428

2429

2430**A SR<sup>a</sup>. ZILDA VELOSO (MMA)** – Trata-se de uma proposta de resolução  
2431sobre a gestão, nós temos alguns prazos a cumprir frente à Convenção de  
2432Estocolmo sobre poluentes orgânicos persistentes que dá ao Brasil alguns  
2433prazos e nós achamos oportuno, temos um projeto com um programa das  
2434Nações Unidas, esse projeto está gerando uma série de produtos, entre eles a  
2435capacitação, que eu falei hoje de manhã, da 420, que conseguiu ser viabilizada  
2436por esse projeto, outra seria realizar o inventário e propor maneiras de  
2437gerenciar os resíduos, os PCBs e os seus resíduos contaminados com PCBs.  
2438Então, essa é uma resolução bem extensa, é uma proposta que foi  
2439encaminhada, teve parecer favorável do Ibama, nós discutimos o texto antes  
2440de mandar aos senhores, nós harmonizamos entre nós, e ela encontra-se no  
2441Cipam, no dia 9 de novembro deve ser apresentada ao Cipam e aí se o  
2442resultado favorável for favorável vem a esta Câmara Técnica, me corrija,  
2443Adriano, se eu tiver errada. Então, eu vou ter oportunidade de apresentar, se  
2444Deus quiser, após aprovação do Cipam. Para nós é importante porque ela cria  
2445uma regra, nós temos essa regra muito superficial hoje na Resolução 313 de  
24462002, que é a que trata do inventário de resíduos sólidos industriais ela fala lá  
2447em resíduo de PCBs. Essa não, essa traz detalhes maiores como elaborar o  
2448inventário, nós temos também outro projeto fechando a capacitação em cima

2449de um manual que está sendo produzido, principalmente para o setor elétrico,  
2450que é o maior detentor desse tipo de resíduo, temos outro projeto na Gerência  
2451de Substâncias Químicas sobre fontes difusas de PCBs também, mas os  
2452senhores terão oportunidades de ver essa proposta, está bem completa.

2453

2454

2455**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**  
2456**Paulo)** – A partir dessa proposta vai ser criado um GT para discutir, é isso?

2457

2458

2459**A SR<sup>a</sup>. ZILDA VELOSO (MMA)** – Eu acho que sim, é um assunto tão técnico  
2460que eu acho que não tem como aprovarmos isso diretamente aqui, eu acho  
2461que seria bom, nós também estamos contando que o grupo possa discutir em  
2462cima da matéria, o esforço que fazemos às vezes de tentar aprovar na Câmara  
2463Técnica sem o GT é em cima de alguma coisa revisada, concisa, não é o caso,  
2464é um assunto bem complexo, acho que vamos precisar, inclusive, ter um  
2465coordenador técnico para conduzir o assunto que seria bastante proveitoso que  
2466ele entendesse do tema de gerenciamento de resíduos.

2467

2468

2469**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**  
2470**Paulo)** – Só outro esclarecimento: essa nova proposta de norma vai entrar na  
2471questão de tratamento químico de PCBs?

2472

2473

2474**A SR<sup>a</sup>. ZILDA VELOSO (MMA)** – Não entra nesse detalhe, existe um projeto  
2475de lei em tramitação no Congresso que ele é espelhado na lei do estado de  
2476São Paulo e que ele dá um prazo muito curto para a realização dos inventários.  
2477Nós apresentamos parte do texto desta resolução ao deputado Sarney Filho  
2478como um substitutivo, dando um prazo que é o prazo da Convenção de  
2479Estocolmo que é um prazo maior para isso. Então, a ideia não é entrar neste  
2480grau de detalhe, mas de como os detentores desse tipo de resíduo realizam  
2481seus inventários, como eles identificam que aquilo é um resíduo contaminado  
2482por PCBs. Acho que o estado de São Paulo foi um pouco rigoroso demais no  
2483prazo das informações. Nós procuramos dar o prazo federal um pouco mais  
2484largo para isso.

2485

2486

2487**O SR. CARLOS BOCUHY (Proam)** - Alguma pergunta mais? É apenas um  
2488informe. Podemos passar para o próximo ponto, aproveitando também a  
2489presença da doutora Zilda. O processo que trata da proposta da revisão da  
2490Resolução Conama 307 de 2002 para reclassificação dos resíduos de tintas.

2491

2492

2493**A SR<sup>a</sup>. ZILDA VELOSO (MMA)** – Como os senhores devem lembrar foi feito  
2494um pedido pela Abrafat de reposicionamento das embalagens de tintas,  
2495basicamente, os resíduos de tinta, mas, principalmente, as embalagens. Nós  
2496tivemos algumas reuniões com o Ibama junto, a Abrafat se dispôs a apresentar  
2497um estudo onde nós conseguimos fechar o termo de referencia com eles e  
2498esse estudo era para ter ficado pronto em agosto, até agora não obtivemos

2499nenhum retorno. Até o próprio Dconama me solicitou que entrasse em contato  
2500para ver se eles já teriam um posicionamento do estudo para essa reunião, se  
2501você tiver como ajudar, Wanderley?

2502

2503

2504**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Tenho sim, eu tive contatos  
2505com eles e a informação que eu obtive foi que o estudo ficará pronto agora no  
2506final deste mês, exatamente agora nesta última semana de outubro, eles  
2507estavam no fechamento dos estudos, os resultados estavam prontos, eu não  
2508tive acesso aos resultados dos estudos, mas estaria vindo no final deste mês.  
2509É até bom ter provocado isso porque eu já levo informação a eles amanhã  
2510mesmo, no final do dia, para que eles apresentem esse estudo a vocês, e que  
2511façam de maneira formal, conforme foi acordado inicialmente com vocês.

2512

2513

2514**A SR<sup>a</sup>. ZILDA VELOSO (MMA)** – Lembrado, que nós tínhamos feito um  
2515parecer contrário, tanto nós, Ministério, quanto o Ibama, e a ideia era passar  
2516por esse processo de convencimento primeiro conosco e depois trazer a esta  
2517Câmara Técnica o relato ou uma proposta.

2518

2519

2520**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – E a proposta deles, só para  
2521esclarecer à Câmara Técnica é para fazer a logística reversa das embalagens,  
2522eles querem proceder a logística reversa...

2523

2524

2525**A SR<sup>a</sup>. ZILDA VELOSO (MMA)** – A destinação final, por enquanto.

2526

2527

2528**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – É porque no fundo, no  
2529fundo, o que eles querem? Eles querem ao desenquadrar as embalagens com  
2530os resíduos não perigosos, muitas são descartadas no lixo doméstico e outras  
2531são descartadas nas sobras de construção civil que são coletadas pelos  
2532catadores, eles sendo ou não perigosos, ele pode participar da discussão do  
2533acordo setorial da colisão porque sendo perigoso ele não pode porque lá só  
2534pode para resíduos não perigosos. E isso é válido somente para as tintas de  
2535uso doméstico, da construção civil, não é para tintas industriais, automotivas,  
2536por estas são perigosas. Essas outras é que têm mostrado que não seriam e  
2537se pudessem ser desenquadradas eles poderiam partir já para o processo da  
2538logística reversa de revisão de resíduos não perigosos dentro da convenção  
2539empresarial, era isso a proposta básica deles.

2540

2541

2542**O SR. CARLOS BOCUHY (Proam)** - Bom, tem mais questões sobre este  
2543ponto? Ok. Nós temos mais um informe que fica para amanhã que será  
2544relatado pelo doutor Márcio que é a proposta de Resolução do Conama que  
2545dispõe sobre o controle da utilização de produtos ou processos para  
2546recuperação de ambientes hídricos e dá outras providências. O doutor Márcio é  
2547que vai fazer isso, então fica para amanhã de manhã. Talvez fosse  
2548interessante começar amanhã pelo informe já que é o último. Então, nós temos

2549 ponto de pauta 3.3 é o processo que trata da revisão da resolução Conama Nº  
2550005/1993 - que "dispõe sobre o gerenciamento de resíduos sólidos gerados  
2551 nos portos, aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários, interessado é a  
2552 Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental da Indústria e  
2553 Ministério do Meio Ambiente. Então, a doutora Zilda também vai fazer essa  
2554 exposição.

2555

2556

2557A SR<sup>a</sup>. ZILDA VELOSO (MMA) – Conforme tinha sido solicitado na segunda  
2558reunião desta Câmara Técnica realizada em abril passada, nós tivemos, pelo  
2559menos 2 reuniões e algumas várias trocas de Correio eletrônico com os setores  
2560elencados aqui nesta resolução 05/93, quais sejam, o próprio Ministério, o  
2561Ibama, o Ministério da Agricultura, a Vigiagro, Ministério dos Transportes, a  
2562CNT, a CNI, a NTF, a Anvisa, o Ministério da Saúde, a Antaq, a Anac, a  
2563Infraero, a Secretaria Especial de Portos, dentre outros. Nós elaboramos o  
2564termo de referência, conforme foi solicitado, adiantando aos senhores que  
2565todos concordaram que necessitaria ser feita a revisão e só para lembrar, na  
2566realidade, essa revisão foi pedida pelo Ministério do Meio Ambiente em 2009 o  
2567grupo chegou a ser convocado, foi coordenado pelo Ministério da Saúde,  
2568através do Eric Fischer, ele saiu do Ministério da Saúde, mudou seu posto de  
2569trabalho, o Ministério da Saúde apresentou alguma dificuldade em termos de  
2570pessoal habilitado para poder conduzir um trabalho tão complexo e foi feita  
2571alguma consulta à CNT, que era o relator, que também disse que não teria,  
2572naquele momento, e coincidiu com a edição da Lei 12. 305 e o pedido em  
2573janeiro do ano passado do Ministério do Meio Ambiente que fosse suspenso  
2574alguns grupos de trabalho e outros cancelaram. Na realidade, foram suspensos  
2575aqueles que diziam respeito à logística reversa em função da logística reversa  
2576estar sendo tratada agora em atendimento à Lei 12.305, por meio de acordos  
2577setoriais, e foi feita a revisão da 307, que é de resíduo da construção civil e  
2578então: “Vamos fazer a do 05, como vai ser feita?”, depois que nós procedemos  
2579a revisão da 307, vimos que poderíamos fazer nos mesmos termos uma  
2580revisão da 05. Todos os outros ministérios concordaram com essa revisão e eu  
2581tenho aí o termo de referência que seria, basicamente, o objetivo seria, tem  
2582muita legislação nova, nós fizemos uma reunião específica para apresentar a  
2583nova legislação sobre o assunto, tem bastante legislação nova, detalhada, quer  
2584dizer, a resolução tem que ser revista à luz dos novos instrumentos legais  
2585disponíveis e também da Lei 12.305 e do Decreto 7.404. As diretrizes então  
2586seria ser convocado um grupo de trabalho para fazer essa revisão, a revisão  
2587vai se dar a partir deste termo de referência, após aprovação da Câmara  
2588Técnica de Qualidade Ambiental, à luz do art. 13 da Lei 12.305 para os  
2589senhores terem ideia o artigo 13 é aquele que fala na obrigatoriedade de quem  
2590deve ter planos de gerenciamento de resíduos quais são os geradores,  
2591também atentos ao artigo 20 da Lei 12.305 que obriga os geradores de  
2592serviços de transporte à elaboração de planos de gerenciamento, o 39 que  
2593determina que o gerenciamento de resíduos sólidos veiculadores de agentes  
2594etiológicos também devam ser feitos e observar o disposto nas outras  
2595legislações dos outros sistemas federais que existam sobre o assunto; também  
2596observando-se se o artigo 9º, que eu sempre falo que é o coração da 12.305, é  
2597o que trata da hierarquia, os resíduos devem ser gerenciados de acordo com a  
2598não geração, redução, reaproveitamento, a reciclagem e a destinação final, e  
2599para efeito da harmonização da legislação básica de resíduos sólidos. O que  
2600pretendemos é fazer como fizemos alguns anos atrás com os resíduos do  
2601serviço de saúde é harmonizar conceitos, procedimentos para que tenhamos  
2602aquela coisa, por serviço, se é resíduo de serviço de saúde o gerenciamento  
2603interno dentro da unidade de serviço de saúde é recepcionado por normas da  
2604Anvisa e o gerenciamento externo é pelo Sisnama porque ele dispõe de  
2605deslocamento, saída, como tratar o resíduo. Nós queremos construir esse  
2606mesmo trabalho para essa resolução. O GT deverá então discutir os

2607mecanismos para segurar, as reuniões do grupo serão realizadas  
2608prioritariamente em Brasília em articulação com os demais órgãos, a partir  
2609deste grupo, não fomos nós do Ministério do Meio Ambiente que elaborou esse  
2610termo de referência, mas foi o grupo em conjunto e, olha, pelo que vimos até  
26112010 quando nós tivemos a oportunidade de ter duas reuniões, eu acho, sobre  
2612esse assunto, nós precisamos do auditório aqui deste prédio e ele praticamente  
2613encheu, então, nós temos muitos e já têm várias pessoas que a partir dessa  
2614pauta já me mandaram e-mail dizendo que querem participar, que querem ser  
2615convidados, então, vai ser bem concorrido e acho que vai ser bem oportuno.  
2616Além disso, o ministério adiantou-se um pouco, eu sei que não está em  
2617discussão neste momento, o que está em discussão é a aprovação ou não  
2618pelos senhores deste termo de referencia que pede a revisão da 05, uma  
2619minuta de resolução como contribuição para início dos trabalhos. Nós sabemos  
2620que o regimento interno assim o prevê e também ter um texto básico para  
2621poder iniciar a discussão é sempre mais oportuno, ajuda mais do que começar  
2622do zero. Hoje o regimento não permite, mas a gente trouxe também essa  
2623contribuição que não vai ser aqui apresentada, mas vai estar disponível para  
2624quem for designado coordenador, se os senhores concordarem com o nosso  
2625posicionamento de revisão da 05.

2626

2627

2628**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (Furpa)** – Nós somos favoráveis a  
2629que se crie um GT até porque eu sou técnico remanescente do Ministério da  
2630Saúde e acompanhei muito essa política, principalmente, a questão de  
2631aerportos e portos, o destino adequado desse lixo porque esse resíduo é de  
2632interesse da saúde pública e pode a qualquer momento entrar nos nossos  
2633portos e aeroportos doenças que não teremos nem como controlar. Então, é  
2634importante criar o GT para fazer a revisão e, ao mesmo tempo, adequar melhor  
2635a situação de segurança em portos e aeroportos, então, somos favoráveis à  
2636criação do GT.

2637

2638

2639**A SR<sup>a</sup>. ZILDA VELOSO (MMA)** – Francisco, ontem os senhores vieram para  
2640cá de avião, e eu fui a São Paulo participar de um evento e aconteceu uma  
2641coisa muito engraçada, você me fez lembrar. Eu vinha num voo, na volta eu os  
2642ouvi noticiarem lá no sistema que eles estão fazendo um programa de coleta  
2643de resíduo abordo, incentivando os passageiros a fazerem a separação e  
2644mostram lá as figurinhas o que tem de ser separado e eu toda feliz com a  
2645minha bandejinha, aí o comissário quando recebeu enfiou tudo junto num  
2646mesmo buraco. Eu vou um e-mail para eles, vou me identificar como gerente  
2647responsável por essa área pedindo a eles que eles não se esqueçam de  
2648capacitar primeiro seus comissários, o pessoal de bordo. Isso é estrutural, a  
2649companhia que teria de fazer isso. O contêiner dele só tem um buraco, ele joga  
2650tudo naquele buraco e pronto.

2651

2652

2653**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (Furpa)** – Eu atuei um pouco na  
2654Anvisa quando a cólera estava entrando no Brasil e nós tivemos que fazer todo  
2655um esquema de guerra dos portos e aeroportos, nas fronteiras também. Entrou

2656por Leticia na Colômbia, até um saquinho de lixo que atravessava no barco era  
2657altamente fiscalizado.

2658

2659

2660**O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**  
2661**Paulo)** – Eu estou com uma dúvida, nós vamos votar hoje já se vai criar o GT  
2662ou ainda não?

2663

2664

2665**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – No caso aqui, é justamente  
2666isso, nós estamos aqui aprovando o termo de referência, foi apresentado, foi  
2667um mandato que foi dado à doutora Zilda, quero aqui fazer um elogio ao  
2668governo, mas ao Ministério do Meio Ambiente porque é a primeira vez que nós  
2669podemos participar de uma elaboração de um termo de referência, a CNI e a  
2670CNT foram convidadas a contribuir antes de o mesmo chegar à Câmara  
2671Técnica. Então, agradecemos ao governo o convite. Eu sou favorável ao termo  
2672de referência, nele contém a prerrogativa de criar o grupo de trabalho, acho  
2673que faz parte do pacote, e já encaminhado, doutor Bocuhy, a minha aprovação ao  
2674termo de referencia do jeito como está.

2675

2676

2677**O SR. CARLOS BOCUHY (Proam)** - Eu gostaria de parabenizar o Ministério, a  
2678doutora Zilda, porque o que nos incomoda muita na criação de instrumentos de  
2679gestão e estudos de impacto ambiental, é muito às vezes a ausência de um  
2680termo de referência que seja adequado, que seja a espinha dorsal do processo,  
2681que define uma metodologia, define uma porção de situações que quando se  
2682constrói esse termo de referência, principalmente, em conjunto com a  
2683sociedade, numa discussão mais ampla, isso permite criar sempre uma  
2684metodologia que vai abreviar processos de licenciamento e, principalmente, vai  
2685incluir a percepção da sociedade, então, abrir um pouco, doutora Zilda, para  
2686discussão do termo de referência também da sociedade seria muito importante.  
2687Então, eu queria parabenizar e dizer que, de fato, o encaminhamento aqui  
2688agora, a partir deste momento, se alguém teria alguma coisa contra esse termo  
2689de referencia, mas seria a criação do GT. O nosso regimento no art. 50 diz o  
2690seguinte, estrutura: “Art. 50 – Os GTs terão um coordenador, um vice-  
2691coordenador e um relator os quais serão escolhidos pela respectiva Câmara  
2692Técnica, sendo necessariamente conselheiro o coordenador”, porque no  
2693regimento anterior não havia essa obrigatoriedade. “O vice-coordenador só  
2694assumirá a função na ausência do coordenador, o coordenador e o vice-  
2695coordenador deverão pertencer a segmentos diferentes”, então, se o  
2696encaminhamento for esse, acho que devemos trabalhar agora na perspectiva  
2697do GT.

2698

2699

2700**O SR. ROBERTO VARJABEDIAN (Assistente Técnico do Ministério**  
2701**Público)** – É que eu não cheguei a observar isso, nem sei se foi previsto ou  
2702então vai ser previsto, dentro de uma dinâmica dessa de revisa de resolução,  
2703envolvendo essas situações, como vocês veem o que deva ser feito ou não em  
2704relação a diagnóstico, é porque eu não ouvi, eu prestei muita atenção. A  
2705questão do diagnóstico desses portos, aeroportos e tal, como que vocês veem



2706a previsão de diagnósticos para subsidiar esse trabalho ou não vai ser  
2707previsto? Por exemplo, como estão essas unidades, eu faço essa pergunta,  
2708não sou a favor e nem contra, é uma pergunta de curiosidade porque o que  
2709vejo são situações bem localizadas onde, certamente, os condicionantes se  
2710modificaram muito ao longo do tempo até por conta do desenvolvimento do  
2711país e a forma de funcionamento das coisas ao longo do tempo, então, assim,  
2712mais como curiosidade. A ideia de diagnosticar está prevista? Ou não vai ser  
2713considerada? Ou como seria considerado num caso de resolução como esse  
2714para fins de atualização?

2715

2716

2717**A SR<sup>a</sup>. ZILDA VELOSO (MMA)** – É uma boa pergunta, Roberto, só que a  
2718nossa preocupação com esse processo de revisão, além da atualização de um  
2719instrumento que já tem 19 anos que está em vigor e merece atualização, tanto  
2720que num determinado momento, em 99, nós começamos a discutir, vinha junto  
2721com essa resolução resíduo de serviço de saúde. Com a criação da Anvisa e  
2722com o crescimento do regulamento legal que dizia respeito à área de saúde,  
2723nós despregamos a parte de resíduo de saúde, que hoje faz parte de outra  
2724resolução. Nós estamos seguir, no que diz respeito a tua pergunta de  
2725diagnóstico, aquilo que diz a lei e a lei fala em diagnóstico, mas fala que o  
2726plano vai ter que ter um diagnóstico. NO art. 21 fala: “O plano de  
2727gerenciamento de resíduos sólidos...” onde estão incluídas essas tipologias de  
2728resíduos “deverão ter o seguinte conteúdo mínimo: descrição do  
2729empreendimento, e segundo é o diagnóstico dos resíduos gerados ou  
2730administrados”. Então, nós partimos do pressuposto da atualização da norma  
2731em função da exigência legal. É diferente muitas vezes você ter uma resolução  
2732em que você vê uma mudança da geração de resíduos ou uma mudança dos  
2733procedimentos de gerenciamento e aí você provoca uma alteração na norma.  
2734Diferentemente desta, nós estamos tentando conseguir o que está na Lei  
273512.305, nós tínhamos uma norma antiga e com a edição da lei nós vamos  
2736atualizá-la à luz da lei e dos outros instrumentos legais. Só para te dar uma  
2737informação porque eu acho que a sua pergunta foi muito boa, nós temos um  
2738prazo legal, na lei e no decreto, que até o final deste ano colocar no ar o portal  
2739inicial do Sistema Nacional de Informações sobre Resíduos Sólidos. E vai ser  
2740extremamente oportuno, não para o diagnóstico, propriamente dito, mas para  
2741disponibilidade de informações as mais diversas que essa lei prevê, desde os  
2742planos de gerenciamento de resíduos municipais, intermunicipais, estaduais, o  
2743nacional, até o gerenciamento de resíduos perigosos, informação sobre  
2744logística reversa e acordos setoriais. Então, nós vamos ter isso e por lei nós  
2745estamos trabalhando para disponibilizar até dezembro um portal com as  
2746informações preliminares sobre o sistema que está sendo feito em  
2747compatibilidade com o cadastro técnico federal

2748

2749

2750**A SR<sup>a</sup>. JANAÍNA PACHECO (Gerente de Infraestrutura Meio de Transporte**  
2751**e Viajantes de Portos e Aeroportos e Fronteiras da Anvisa)** – Só a título de  
2752colocação para os senhores, a Anvisa é responsável por fiscalizar, além de  
2753outras atividades, todo gerenciamento de resíduos sólidos em portos,  
2754aeroportos e passagem de fronteira. E ela tem publicado a RBC 56 de 2008  
2755que trata exatamente sobre este assunto, boas práticas no gerenciamento de

2756resíduos sólidos em portos, aeroportos e passagem de fronteira. Com relação  
2757ao que o senhor colocou, de um diagnóstico, desde o final de 2010, todo nosso  
2758processo de fiscalização é feito através de um sistema que se chama  
2759Sagarana, onde além das demais atividades, água potável, alimentos, os  
2760resíduos sólidos, todas as etapas que compõem o gerenciamento sólidos em  
2761portos, aeroportos e passagem de fronteira, existe um planejamento e uma  
2762periodicidade onde nós temos as empresas que fazem atividades cadastradas,  
2763um questionário em cima da legislação publicada da Anvisa onde é feita a  
2764fiscalização, onde são verificados os procedimentos. É só a título de  
2765informação aos senhores. E como nós já temos essa legislação publicada, ela  
2766tem que ir, logicamente, ao encontro da revisão da Conama 5, já que somos  
2767responsáveis por fiscalizar os pontos de entrada, inclusive alguns pontos neste  
2768termo de referência, é só a título de como está escrito porque alguns locais  
2769tratam de terminais ferroviários, terminais rodoviários outros locais tratam de  
2770resíduos alfandegados, alguns locais só tratam de resíduos gerados no meio  
2771de transporte, então acho que vale essa observação.

2772

2773

2774**O SR. CARLOS BOCUHY (Proam)** - Mais alguém tem mais colocações? Bom,  
2775eu pergunto sobre encaminhamento. Vamos para criação do Grupo de  
2776Trabalho? Esse é o rito normal dentro da Câmara Técnica.

2777

2778

2779**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – A CNI já se manifestou  
2780pela aprovação do termo de referência com a criação do GT. Acho que talvez  
2781os nossos colegas aqui também possam encaminhar dessa maneira e depois  
2782definirmos a questão da coordenação e a relatoria. É consenso? Ok. Da minha  
2783parte também. Então, vamos partir para indicação, então, como reza o  
2784regimento, o nome para coordenador, vice-coordenador e relator. Nós temos  
2785aqui algumas sugestões em relação aquelas pessoas que já estão  
2786acompanhando, que seria a perspectiva de indicação do Mateus Salomé, do  
2787Ministério dos Transportes, e da doutora Zilda Veloso na questão da relatoria.  
2788Alguma outra?

2789

2790

2791**O SR. GUSTAVO EKAR (Antaq)** – Eu sou Gustavo Ekar, sou da Antaq, e  
2792estou substituindo aqui o Marcos Maia Porto. Ele não pôde vir por causa de  
2793uma reunião e ele se propõe também a ser coordenador do grupo, desde que  
2794tenha um relator, ele se propõe a ser coordenador.

2795

2796

2797**O SR. CARLOS BOCUHY (Proam)** - Então, a proposta que você está  
2798colocando, o nome da pessoa é Marcos Maia Porto.

2799

2800

2801**O SR. ROBSON JOSE CALIXTO DE LIMA (DConama)** – O Marcos Maia  
2802Porto é o segundo suplente do Ministério dos Transportes e o Mateus é o  
2803primeiro suplente também do Ministério dos Transportes. Quer dizer, talvez  
2804pudéssemos indicar a coordenação é do Ministério dos Transportes e eles  
2805resolveriam entre eles. Poderia ser assim? A instituição seria o Ministério dos

2806 Transportes e inclusive um pode ser o vice-presidente, o vice-presidente não  
2807 precisa ser conselheiro.

2808

2809

2810 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**  
2811 **Paulo)** – Eu posso fazer um questionamento? Até para a Zilda: isso já foi  
2812 discutido de ficar no Ministério dos Transportes porque coisa de resíduo não  
2813 estaria afeta ao Ministério do Meio Ambiente, não tem importância já foi  
2814 discutido? Você fica como relatora? Então, está bom.

2815

2816

2817 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA VELOSO (MMA)** – Eu, de qualquer forma, Alfredo, é um grupo  
2818 que temos o maior interesse, nós que provocamos essa revisão, nós vamos  
2819 participar das reuniões.

2820

2821

2822 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (Furpa)** – É interessante, como  
2823 ela falou, que vai disponibilizar informações que se possível até as instituições  
2824 aqui presentes têm interesse deste GT que se manifestem. Então, eu quero  
2825 confirmar o interesse da Furpa de ser membro, até porque somos  
2826 remanescentes da saúde pública e da vigilância sanitária e trabalhamos muito  
2827 nessa questão de portos e aeroportos na época de resíduos e proteção das  
2828 doenças que estavam no Brasil.

2829

2830

2831 **O SR. CARLOS BOCUHY (Proam)** - Um nome para sugerir?

2832

2833

2834 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (Furpa)** – No caso, a Furpa, que  
2835 quer ser membro integrante deste GT.

2836

2837

2838 **O SR. CARLOS BOCUHY (Proam)** - Mas, é o seu próprio nome ou vai indicar?

2839

2840

2841 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (Furpa)** – É o meu nome. E acho  
2842 que todos aqui presentes que tenham interesse...

2843

2844

2845 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**  
2846 **Paulo)** – - Pelo que entendi, agora precisa decidir todos os membros?

2847

2848

2849 **O SR. ROBSON JOSE CALIXTO DE LIMA (DConama)** – O grupo de trabalho  
2850 tem 30 dias para entrar em atividade.

2851

2852

2853 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Já pode formalizar as  
2854 indicações.

2855

2856

2857 **O SR. ROBSON JOSE CALIXTO DE LIMA (DConama)** – Desculpe, são 90  
2858 dias.

2859

2860

2861 **O SR. CARLOS BOCUHY (Proam)** - Bom, até o momento, temos aqui a  
2862 indicação, para entender, Francisco, você está pleiteando a presidência,  
2863 relatoria, o que você está pleiteando?

2864

2865

2866 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (Furpa)** – Não, só ser membro  
2867 integrante.

2868

2869

2870 **O SR. CARLOS BOCUHY (Proam)** - Mas, não coordenador e nem vice-  
2871 coordenador?

2872

2873

2874 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (Furpa)** – Não, foi sugerido aí o  
2875 Transportes...

2876

2877

2878 **O SR. CARLOS BOCUHY (Proam)** - Não, mas aí não entramos nesse ponto  
2879 ainda, o que é ponto de pauta agora...

2880

2881

2882 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (Furpa)** – Agora, é interessante  
2883 que ela participe porque ela já tem um trabalho junto ao Ibama.

2884

2885

2886 **O SR. CARLOS BOCUHY (Proam)** - Então, só para entender. Vamos para  
2887 esta composição, agora primeiro temos que decidir a coordenação, vice-  
2888 coordenação e a relatoria. Então, temos a indicação do Ministério dos...

2889

2890

2891 **O SR. ADRIANO GERIN RIBEIRO (DConama)** – Só uma questão para  
2892 elucidar. No caso, o Ministério dos Transportes está propondo dois nomes  
2893 como proposta? Só para esclarecer que a coordenação e vice-coordenação  
2894 devem pertencer a segmentos diferentes. Então, caso um deles seja  
2895 coordenador não poderá ser o vice porque aí precisamos de outro nome de  
2896 outro segmento para compor a vice-coordenação na vacância.

2897

2898

2899 **O SR. CARLOS BOCUHY (Proam)** - Bom, o que nós entendemos então é que  
2900 fica a critério do Ministério dos Transportes a titularidade do GT. Todo mundo  
2901 concorda? Então, eles ficam incumbidos de indicar um nome. Bom, a vice-  
2902 coordenação não precisa ser conselheiro.

2903

2904

2905 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Governo do Estado de São**  
2906 **Paulo)** – Posso fazer uma sugestão? Não seria interessante deixar isso assim  
2907 para se alguém do Ministério da Saúde, porque daí fica um tripé, Transportes,  
2908 Saúde e Meio Ambiente.

2909

2910

2911 **O SR. CARLOS BOCUHY (Proam)** - Alguém tem interesse na vice-  
2912 coordenação? Que praticamente pouco utiliza a vice-coordenação.

2913

2914

2915 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (Furpa)** – Posso me colocar como  
2916 membro e vice-coordenador.

2917

2918

2919 **O SR. CARLOS BOCUHY (Proam)** - Bom, eu acho que Furpa poderia assumir  
2920 essa posição? Perfeito. Então, Furpa, vice-coordenação, todos concordam?  
2921 Consenso. A relatoria, doutora Zilda Veloso, Ministério do Meio Ambiente. É  
2922 isso? Se todos concordam, então, fechamos a coordenação do grupo de  
2923 trabalho. Agora, encaminhamento dos nomes de interesse de participação...

2924

2925

2926 **O SR. ADRIANO GERIN RIBEIRO (DConama)** – Isso, o Dconama se  
2927 responsabiliza em mandar/encaminhar os convites, a designação, é de praxe, é  
2928 de rotina.

2929

2930

2931 **O SR. CARLOS BOCUHY (Proam)** - Muito bem, algo mais? Alguma questão  
2932 sobre esse ponto de pauta? (*Intervenção fora do microfone. Inaudível*)

2933

2934

2935 **A SRª. ZILDA VELOSO (MMA)** – A expectativa é o grupo de instalar para  
2936 depois mandarmos o termo de referência. Mas, se quiserem posso mandar.  
2937 Não colocamos no site porque a tarefa deste grupo de trabalho seria o termo  
2938 de referência, mas a minuta foi só uma contribuição que fizemos em função  
2939 das discussões com os setores, claro, que é só um borrão.

2940

2941

2942 **O SR. CARLOS BOCUHY (Proam)** - Pessoal, como houve um acordo hoje no  
2943 período da manhã de que continuaríamos a discussão de micronutrientes no  
2944 período da manhã de amanhã às 8h30, então já superados a pauta, com  
2945 exceção de um ponto, de forma que fica por conta do Márcio, mais alguma  
2946 questão? Podemos encerrar? Ok. Então, uma boa tarde a todos. Até Amanhã.